



De Olho em Belo Monte: 2013, NO PICO DA CONTRADIÇÃO



**De Olho em Belo Monte:
2013, NO PICO DA CONTRADIÇÃO**





INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL

Conselho Diretor

Neide Esterci (presidente), Marina Kahn (vice-presidente),
Ana Valéria Araújo, Jurandi Craveiro e Tony Gross

Secretário Executivo

André Villas-Bôas

Secretária Executiva adjunta

Adriana Ramos

Coordenação Programa Xingu

André Villas-Bôas

Coordenadores adjuntos

Rodrigo Junqueira, Marcelo Salazar e Paulo Junqueira

Comunicação Xingu

Letícia Leite

De Olho em Belo Monte: 2013, no Pico da Contradição

Edição Letícia Leite

Revisão Alba Marcondes

Colaboraram André Villas-Bôas, Biviany Rojas, Leonardo
Amorim e Raul do Vale

Mapas Juan Doblaz

Fotografias André Villas-Bôas, Letícia Leite, Leonardo Amorim
e Marcelo Salazar

Projeto gráfico Ana Cristina Silveira/AnaCê Design

Tiragem 500 exemplares

APOIO



CONTATO

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL (ISA)
AV. HIGIENÓPOLIS, 901, SL 30 – SÃO PAULO (SP)
01238-001, (11) 3515-8900
COMUNICAÇÃO@SOCIOAMBIENTAL.ORG

2013

O ano da contradição

Fevereiro

DIRETO DO ISA
19% CONDICIONANTES
ATENDIDAS X O MULTA (p.40)

Março

CRÔNICA
FATOS E FOTOS DA PRINCIPAL
CIDADE ATINGIDA POR BELO
MONTE (p.26)

Abril

DIRETO DO ISA
30% DA USINA CONCLUÍDA E
NENHUM KM DE ESGOTO EM
ALTAMIRA (p.28)

Junho

CRÔNICA
UM MURO DE PEDRAS
PARA OS ÍNDIOS (p.25)

Agosto

MANIFESTAÇÕES
BELO MONTE CONSTRÓI
RAMAL DE TRANSMISSÃO
DE ENERGIA ILEGAL (p.53)

Maio

MUNDURUKU
A MAIOR OCUPAÇÃO INDÍGENA DO
CANTEIRO DE BELO MONTE EM 2013
(P. 30)

OPINIÃO

BNDES E BELO MONTE –
RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL
SÓ PRA INGLÊS VER (p.56)

Julho

DIRETO DO ISA
IBAMA AFIRMA QUE 4 DAS 23
CONDICIONANTES FORAM ATENDIDAS (p.20)

DIRETO DO ISA
SAÚDE DOS ÍNDIOS SÓ PIOROU (p.23)

ENCONTROS
DEBATE BELO MONTE NO PICO
DA CONTRADIÇÃO (p.49)

Setembro

BELO SUN

NORTE ENERGIA CONTRATA SETE
MIL TRABALHADORES A MAIS DO
QUE O AUTORIZADO (p.41)

Outubro

OPINIÃO
PORQUE A JUSTIÇA NÃO PAROU
BELO MONTE (p.9)

Novembro

BELO SUN

MINERAÇÃO NO QUINTAL
DE BELO MONTE (p.41)

Editorial

O mais caro e polêmico empreendimento do país chegou ao pico das obras. O cronograma de construção diz que em fevereiro de 2015 a hidrelétrica Belo Monte ligará a sua primeira turbina. Três anos depois de autorizada a usina, as obras, financiadas com recursos públicos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), estão a todo vapor, mas o mesmo não pode ser dito das obrigações socioambientais que deveriam acompanhá-las. O encarte *De Olho em Belo Monte: 2013, no Pico da Contradição*, traz reportagens e artigos de jornalistas e advogados do Instituto Socioambiental (ISA), publicados entre janeiro e novembro de 2013, que alertam a sociedade sobre este descompasso.

Carro-chefe do Programa de Aceleração do Crescimento do Governo Federal e instalada em uma região da Amazônia praticamente à margem do Estado, Belo Monte tem se tornado símbolo de inadimplência socioambiental. Obrigações do Poder Público e da Norte Energia, empresa responsável pela construção da usina, foram sistematicamente descumpridas. Mesmo sem preparar a região atingida para receber a terceira maior hidrelétrica do mundo, ou mitigar e compensar de maneira adequada os impactos da obra, o financiamento e autorizações ambientais não foram comprometidos.

As promessas feitas à sociedade brasileira, de que Belo Monte seria diferente, esbarraram no comportamento relapso da Norte Energia, 49% controlada pela União, em relação às suas obrigações socioambientais; na leniência de quem fiscaliza a construção (a própria União); na morosidade do Poder

Judiciário, que em 2013 completou 23 ações sem decisão final; e nos obstáculos institucionais para o controle social da obra.

As mais graves inadimplências estão relacionadas aos povos indígenas. Os programas de prevenção ou diminuição dos impactos relacionados à saúde indígena e à proteção territorial e dos recursos naturais dos índios, por exemplo, não saíram do papel. Os índices de saúde acompanham o descaso. Em 2012, nove em cada dez crianças indígenas das aldeias atingidas por Belo Monte apresentaram diarreia aguda por mais de uma vez.

A construção de um sistema de abastecimento de água potável e de coleta e tratamento de esgoto em Altamira, principal cidade atingida pela usina, começou com dois anos de atraso. Se a usina estiver pronta antes do aterro e do sistema de esgoto entrarem em pleno funcionamento, a parte do reservatório do rio Xingu corre sério risco de virar um lago contaminado.

A forma como a floresta está sendo desmatada para a construção da usina foi sistematicamente criticada pelo órgão fiscalizador. A contradição de dados informados pela empresa e a falta de mecanismos de fiscalização fizeram o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) qualificar o canteiro de obras como um “sumidouro de madeira.” A empresa responsável pela obra vem comprando imensas quantidades de madeira para uso na construção, dado o não aproveitamento do que foi desmatado pela própria obra, com grandes quantidades de toras de alta qualidade apodrecendo no canteiro.

Os técnicos do Ibama e da Fundação Nacional do Índio (Funai) manifestaram a gravidade do descompasso entre a construção da usina e o atendimento das medidas de mitigação e compensação de impactos. Em 2013, ficou demonstrado que os pareceres técnicos não têm força para mudar o rumo da obra ou as prioridades da empresa. As mais graves sanções administrativas não passaram de algumas multas, em valores irrisórios para um empreendimento orçado em quase R\$ 30 bilhões.

Em outubro a Justiça ordenou parar a construção da usina até que fossem atendidas plenamente as obrigações socioambientais. O Governo Federal rapidamente acionou a Advocacia Geral da União (AGU). Em última instância, o argumento dos advogados da União é o de que o cumprimento do cronograma de construção é mais importante que o respeito aos direitos das populações atingidas. A AGU conseguiu suspender a decisão e a obra seguiu.

Nesta publicação o leitor poderá acompanhar uma parte dos fatos que marcaram o ano de pico das obras. São artigos e reportagens que mostram a maneira relapsa, conturbada e pouco eficiente que o empreendedor e o Poder Público têm tratado os compromissos com as populações tradicionais e com moradores da região impactada pelo empreendimento.

A editoria **Direto do ISA** traz notícias que retratam que a prestação de contas de Belo Monte está muito longe do ideal, comprometendo de maneira irreversível os direitos dos

indígenas e de toda a população afetada pela construção da usina. **Em análise** reúne a opinião dos advogados que acompanham de perto o processo de licenciamento da obra. O capítulo **Munduruku** retrata a maior paralisação das obras deste ano. Os indígenas ocuparam Belo Monte para exigir que fossem ouvidos sobre a construção de 14 hidrelétricas na região do Rio Tapajós e opinar sobre seu futuro.

Encontros Socioambientais registra debates físicos e online promovidos pelo ISA para discutir com quem vive no Xingu os impactos da usina. **Notícias** é um recorte de matérias divulgadas na grande mídia, que ilustram denúncias sobre os compromissos do licenciamento. **Belo Sun** retrata os recentes passos do chamado Projeto Volta Grande, que pretende instalar a maior mina de ouro do Brasil ao lado de Belo Monte. O megaprojeto ignorou os índios e iniciou a batalha pelo licenciamento sem consulta ou sequer estudos de impactos.

A falta de informação independente sobre a implementação de Belo Monte, os problemas de acesso e transparência, a dispersão dos dados, a sofisticação técnica com a qual alguns deles são apresentados e o próprio conflito de interesses inerente à obra são empecilhos reais para seu acompanhamento e controle social.

O encarte *De Olho em Belo Monte: 2013, no Pico da Contradição* é a tentativa de, por meio da informação independente, alimentar a construção de uma relação menos assimétrica entre sociedade civil, empresa e Estado.

Boa leitura!
André Villas-Bôas

SUMÁRIO

EM ANÁLISE

- 9** PORQUE A JUSTIÇA NÃO CONSEGUE DECIDIR SOBRE BELO MONTE
- 29** OS MUNDURUKU SÓ QUEREM UMA CONVERSA PRA VALER
- 56** RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL DO BNDES EM BELO MONTE É “PARA INGLÊS VER”

DIRETO DO ISA

- 11** JUSTIÇA MANDA SUSPENDER OBRAS DE BELO MONTE
- 12** ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO RECORRE DA DECISÃO E JUSTIÇA CANCELA PARALISAÇÃO DE BELO MONTE
- 14** GOVERNO E NORTE ENERGIA VOLTAM A ADIAR CUMPRIMENTO DE CONDICIONANTES DE BELO MONTE
- 16** ÍNDIOS VÃO A BRASÍLIA COBRAR CONDICIONANTES DE BELO MONTE
- 17** PESQUISADORES VÃO PERCORRER O RIO XINGU EM BUSCA DE ESPÉCIES AMEAÇADAS POR BELO MONTE
- 18** NORTE ENERGIA PODERÁ SER OBRIGADA A REVER PROGRAMAS SOCIOAMBIENTAIS DE BELO MONTE
- 20** IBAMA AFIRMA QUE O CUMPRIMENTO DE CONDICIONANTES DE BELO MONTE SÓ PIOROU
- 23** NAS ALDEIAS ATINGIDAS POR BELO MONTE O ATENDIMENTO À SAÚDE CONTINUA PRECÁRIO
- 28** BELO MONTE CONCLUI 30% DAS OBRAS SEM CONSTRUIR NENHUM QUILOMETRO DE REDE DE ESGOTO EM ALTAMIRA
- 37** ILHA DA EXCLUSÃO: 200 FAMÍLIAS EXTRATIVISTAS NO PARÁ VIVEM ISOLADAS SEM ACESSO A SERVIÇOS BÁSICOS DE SAÚDE
- 40** IBAMA APONTA IRREGULARIDADES GRAVES NO CUMPRIMENTO DE CONDICIONANTES DE BELO MONTE E NÃO PUNE NORTE ENERGIA

CRÔNICA

- 25** EM BELO MONTE UM MURO DE PEDRAS FOI CONSTRUÍDO PARA EVITAR OCUPAÇÕES
- 26** ALTAMIRA: UM RETRATO DO CAOS

MUNDURUKU

- 30** ÍNDIOS PARAM CANTEIRO DE OBRAS DE BELO MONTE E EXIGEM SER OUVIDOS PELO GOVERNO
- 32** OCUPAÇÃO INDÍGENA EM BELO MONTE (PA) CONTINUA
- 34** JUSTIÇA ENTREGA MANDADO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE DE CANTEIRO DE BELO MONTE
- 35** ÍNDIOS DESOCUPAM O CANTEIRO DE OBRAS DA UHE DE BELO MONTE E PERMANECEM EM ALTAMIRA
- 36** MINISTRO ADMITE ERROS NA CONDUÇÃO DA POLÍTICA INDIGENISTA DO GOVERNO

BELO SUN

- 41** CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE DO PARÁ IGNORA DENÚNCIAS DE ILEGALIDADE E VOTA POR MINERAÇÃO
- 42** JUSTIÇA MANDA SUSPENDER O LICENCIAMENTO DA BELO SUN MINERAÇÃO
- 43** ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL SE MOBILIZAM CONTRA LICENCIAMENTO DE MINERADORA NO XINGU
- 44** PROJETO DE MINERAÇÃO AO LADO DE BELO MONTE ESTÁ PRESTES A RECEBER LICENÇA AMBIENTAL
- 45** ISA SOLICITA DECLARAÇÃO DE INVIABILIDADE DE PROJETO DE MINERAÇÃO NA REGIÃO DO XINGU
- 46** MAPA “VOLTA GRANDE DO XINGU – LOCALIZAÇÃO DO PROJETO BELO SUN E ROTAS DE NAVEGAÇÃO INDÍGENA”

ENCONTROS

- 48** ÍNDIOS, RIBEIRINHOS E PESQUISADORES SE REÚNEM PARA PENSAR NOVAS FORMAS DE PROTEGER O XINGU
- 49** DEBATE “BELO MONTE – NO PICO DA CONTRADIÇÃO”
- 50** REDE TERRA DO MEIO (PA) PACTUA AÇÕES PARA OS TERRITÓRIOS TRADICIONAIS DA REGIÃO

MANIFESTAÇÕES

- 51** PROTESTO PELOS DIREITOS INDÍGENAS INTERROMPE REUNIÃO COM GOVERNO EM ALTAMIRA (PA)
- 51** TRABALHADORES INTERROMPERAM OBRAS EM BELO MONTE NESTA QUARTA-FEIRA
- 52** MORADORES DE ALTAMIRA PROTESTAM CONTRA AS CONSTANTES QUEDAS DE ENERGIA
- 54** SEMANA COMEÇA COM PROTESTOS NO CANTEIRO DE OBRAS DE BELO MONTE E EM ALTAMIRA

BELO MONTE NA MÍDIA

- 58** BNDES NÃO CUMPRE EXIGÊNCIA AMBIENTAL NO CRÉDITO A BELO MONTE (O GLOBO)
- 59** BELO MONTE DEVE CASA A MAIS DE 7 MIL FAMÍLIAS (O VALOR)
- 59** OBRA DE BELO MONTE PODE ATRASAR POR PROBLEMAS COM IBAMA (FOLHA SP)

Porque a Justiça não consegue decidir sobre Belo Monte

POR Biviany Rojas e Raul Telles do Valle / PUBLICADA EM 6 de novembro de 2013.

O avanço inquestionável da construção da usina de Belo Monte só é possível porque ainda subsiste entre nós o instrumento processual da Suspensão de Segurança (SS).

Criado pela lei 4.348 de junho de 1964 com o intuito de controlar politicamente as decisões judiciais contrárias ao regime militar, esse entulho autoritário permite a tribunais suspenderem decisão de instância inferior diante do perigo de “ocorrência de grave lesão à ordem, à saúde, à segurança e à economia públicas.” Em resumo, permite aos Presidentes dos Tribunais cassarem decisões que julguem impertinentes, mesmo que estas não façam mais do que aplicar a lei em vigor no país.

Podemos afirmar que Belo Monte só está sendo implantada porque existe a Suspensão de Segurança. Essa não é a primeira nem a segunda vez que decisões judiciais bem fundamentadas, emitidas por juízes concursados e no pleno exercício de suas funções, são cassadas por tribunais superiores por representarem “ameaça à ordem e economia públicas”, independentemente do mérito jurídico das decisões.

Em 2006, a presidente do STF à época, Ministra Ellen Gracie, suspendeu decisão da 3ª turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1) que determinava que os povos indígenas atingidos pela usina fossem ouvidos, como determina a Constituição Federal e a Convenção 169 da OIT, da qual o Brasil é signatário. Ela, no entanto, acolhendo recurso da Advocacia Geral da União (AGU), entendeu que a continuidade do licenciamento, mesmo que viciado, era importante para a manutenção da “ordem e economia públicas.”

A opinião e os direitos dos povos indígenas seriam assuntos secundários, que eventualmente algum dia, quando julgado o conteúdo da ação, seriam analisados seriamente pelo Judiciário. Mas não naquele momento. Em 2012 o Ministro Ayres Britto reiterou essa decisão, quando o mesmo assunto voltou à sua mesa, novamente por meio da SS. Nessa ocasião, o presidente do STF prometeu que o julgamento de mérito da ação resolveria as controvérsias. Passados 15 meses, a ação sobre oitivas indígenas sequer foi novamente pautada pelo STF.

SUSPENSÃO NO LEILÃO

Em 2010, o leilão que escolheu a empresa construtora também só ocorreu por meio da Suspensão de Segurança. Apesar da Licença Prévia ter sido emitida em sentido contrário ao parecer técnico dos analistas do Ibama, o certame estava marcado normalmente. Analisando por mais de um mês

o caso, o juiz de Altamira decidiu que não se podia fazer um leilão com base numa licença que, no mínimo, tinha graves problemas a serem resolvidos. Em poucas horas, sem ouvir o MPF, o então presidente do TRF1, desembargador Jirair Mequerian, decidiu, baseado em recortes de jornais e longas visitas da AGU, que:

“Sopesados os interesses em conflito, entendo que a decisão impugnada poderá acarretar prejuízo maior ao meio ambiente – caso o governo federal tenha que lançar mão de energia termoelétrica (sabidamente mais cara e poluente) devido à escassez de energia hidrelétrica –, além de impor prolongado retardamento na conclusão de obra de interesse nacional.”

O Ibama outorgou sua licença ambiental – apesar do parecer desfavorável dos técnicos do órgão – acompanhada de um amplo conjunto de condições a serem observadas pelo empreendedor, que à época sequer havia sido escolhido. Essas condições seriam a “garantia” de que a obra seguiria os padrões mínimos de sustentabilidade previstos em nossa legislação. Ou seja, que sua implantação não significaria a expulsão das populações indígenas que vivem na região, a implosão das precárias condições urbanas dos municípios vizinhos pela chegada de milhares de imigrantes, que o Rio Xingu continuaria a ter um mínimo de vida correndo em suas águas. Para tanto, diversas medidas precisavam ser tomadas, várias delas ainda antes de se instalar o primeiro vergalhão de aço da barragem.

A REALIDADE

Três anos depois, a realidade é que as obras, financiadas com recursos públicos do BNDES, estão a todo vapor, mas o mesmo não pode ser dito das obrigações socioam-

Três anos depois, a realidade é que as obras, financiadas com recursos públicos do BNDES, estão a todo vapor, mas o mesmo não pode ser dito das obrigações socioambientais que deveriam acompanhá-las.

bientais que deveriam acompanhá-las. Por exemplo, o aterro sanitário de Altamira deveria ter sido entregue em junho de 2012, mas um acordo entre a Norte Energia e o Ibama prorrogou o prazo para junho deste ano. Até agora as obras não foram finalizadas. Já a transferência do lixão deveria ter começado em dezembro de 2011, mas obras só iniciaram em janeiro deste ano.

Outra obrigação fundamental é a construção de um novo sistema de abastecimento de água potável e de uma rede que garanta 100% da coleta e tratamento de esgoto em Altamira, a qual deveria ter sido iniciada em julho de 2011. As obras começaram com dois anos de atraso, e para estarem prontas no prazo originalmente previsto terão que bater todos os recordes mundiais de velocidade para empreendimentos do gênero. Se a usina estiver pronta antes do aterro e do sistema de esgoto estarem em pleno funcionamento, a parte do reservatório do Rio Xingu, vizinha da cidade de Altamira, corre o sério risco de virar um lago podre, algo vedado pela atual legislação ambiental.

Esses são apenas alguns exemplos de um amplo conjunto de obrigações da empresa responsável que se encontram em condição de inadimplência, reconhecida inclusive pelo Ibama, que as monitora, mas não age com a contundência necessária para o caso. Essa situação, evidente a qualquer um que tenha a boa vontade de entender o caso, fez com que o desembargador federal Souza Prudente, julgando uma apelação do Ministério Público Federal (MPF), reconhecesse que a inadimplência da empresa estava a gerar danos irreversíveis para a população:

“Ainda não foram implementadas todas as medidas que deveriam ser adotadas antes mesmo da edição da Licença Prévia, que foi emitida mediante a estipulação de condicionantes, as quais, mesmo não sendo cumpridas, foram transferidas para a Licença de Instalação, a demonstrar que, a seguir essa reprovável prática, certamente, deverão ser transferidas para a fase seguinte (Licença de Operação) sem qualquer perspectiva de que um dia serão efetivamente implementadas.”

O DESCOMPASSO ANUNCIADO PELO IBAMA

Fundamentado nos próprios pareceres técnicos de analistas do Ibama, que afirmam com todas as letras haver “descompasso entre as obras de construção da UHE Belo Monte e a implementação das medidas mitigadoras e compensatórias”, Souza Prudente decidiu que as obras deveriam ser paralisadas até que as medidas socioambientais prometidas fossem realmente implementadas. Para tanto, baseou-se fartamente na legislação brasileira e na própria licença ambiental concedida.

Nem mesmo a empresa havia sido notificada da decisão – apesar de haver recebido um fax e um e-mail do próprio tribunal – e ela foi derrubada pelo presidente do TRF1. Qual o argumento? O de que haveria uma decisão anterior proibindo a paralisação da obra, pois ela é importante para a economia nacional. Mas e o descumprimento da legislação nacional? Isso é secundário.

O uso repetido e inescrupuloso do Poder Judiciário pelos interesses governamentais por meio da Suspensão de Segurança leva a crer que a situação irá se repetir em relação às próximas grandes obras planejadas para a Amazônia, como o complexo de usinas do Rio Tapajós

OUTROS EXEMPLOS

Belo Monte não é o único caso em que a Suspensão de Segurança pôde garantir a continuidade dos planos governamentais enquanto a legislação brasileira é descumprida. Casos de grande repercussão foram as Suspensões de Segurança que garantiram a realização do leilão da Vale do Rio Doce em 1997 e a recente licitação do Estádio Maracanã. Decisões judiciais que pararam as obras da UHE Jirau, em Rondônia, e da UHE Teles Pires, no Mato Grosso, em razão de irregularidades no licenciamento ambiental – que vão desde a ausência de estudo de impacto sobre os indígenas à alteração do local da barragem sem atualização dos estudos ambientais –, foram suspensas através da Suspensão de Segurança.

O uso repetido e inescrupuloso do Poder Judiciário pelos interesses governamentais por meio da Suspensão de Segurança leva a crer que a situação irá se repetir em relação às próximas grandes obras planejadas para a Amazônia, como o complexo de usinas do Rio Tapajós.

Por meio da Suspensão de Segurança, ignorar ilegalidades passou a ser uma situação de “normalidade institucional.” Com o aval da cúpula do Judiciário, o empreendedor de grandes obras só precisará cumprir as regras estabelecidas se lhe for conveniente.

Biviany Rojas – Advogada e cientista política, mestre em Ciências Sociais pela UnB e advogada do Programa Xingu do ISA.

Raul Silva Telles do Valle – Advogado, mestre em Direito Econômico pela USP e coordenador adjunto do Programa de Política e Direito do ISA

Justiça manda suspender obras de Belo Monte

A decisão do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1) acata o pedido realizado pelo Ministério Público Federal (MPF), anula a Licença de Instalação (LI) e manda suspender as obras da hidrelétrica de Belo Monte por descumprimento de ações socioambientais

POR Letícia Leite / **PUBLICADA EM** 26 de outubro de 2013.

A Justiça também decidiu que o BNDES não deve repassar qualquer recurso para a Norte Energia, empresa responsável pela construção da usina, antes que as 40 condicionantes da Licença Prévia (LP), primeira licença da usina, sejam cumpridas. A decisão judicial foi tomada pelo desembargador Souza Prudente e precisará ser confirmada por decisão colegiada do tribunal.

As 40 condicionantes da Licença Prévia tratam de ações estabelecidas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama) para que as cidades próximas da região onde Belo Monte está sendo construída fossem preparadas para enfrentar os impactos da obra. Para iniciá-las, o empreendedor e o governo teriam que cumprir uma série de condições, várias delas complexas, como a retirada de ocupantes não indígenas das Terras Indígenas da região e a instalação de uma infraestrutura de saúde, educação e segurança nas cidades que receberiam os aproximadamente 100 mil migrantes anunciados nos estudos de impacto da obra.

Em janeiro de 2011, o Ibama concedeu uma Licença de Instalação (LI) Par-

A decisão de Souza Prudente poderá ainda ser encaminhada pelo governo e pela Norte Energia ao presidente do Superior Tribunal de Justiça, que pode suspender a decisão

cial que permitia o início da construção somente dos canteiros de obras. A ação judicial do MPF se voltava contra essa LI parcial, pois teria sido dada sem que as condicionantes consideradas pelo próprio Ibama como de cumprimento indispensável antes do início de qualquer obra tivessem sido realizadas. “A Licença de Instalação Parcial, figura inexistente na legislação brasileira, permitiu que a empresa Norte Energia driblasse as obrigações da Licença Prévia sem atrasar o cronograma de construção da usina”, analisa Biviany Rojas, advogada do ISA.

IBAMA CONCEDEU LICENÇA SEM CUMPRIMENTO DE MEDIDAS ANTECIPATÓRIAS

Apesar de ter verificado que as condicionantes não haviam sido cumpridas, o

Ibama decidiu autorizar o início das obras e reeditar as metas e prazos das condicionantes. Pouco depois, em junho de 2011, o órgão ambiental concedeu a Licença de Instalação para o restante das obras, novamente sem o cumprimento das medidas antecipatórias. Essa segunda LI substituiu a LI parcial, de modo que a decisão do TRF1 diz respeito não só à construção dos canteiros, mas à toda a obra.

A Licença Prévia, concedida em fevereiro de 2010, também foi assinada pelo presidente do órgão ambiental mesmo havendo um parecer de sua equipe técnica, emitido dois dias antes, que afirmava não haver “elementos suficientes para atestar a viabilidade ambiental do empreendimento.”

A decisão de Souza Prudente poderá ainda ser encaminhada pelo governo e pela Norte Energia ao presidente do Superior Tribunal de Justiça, que pode suspender a decisão. “O STJ poderá mandar voltar as obras utilizando critérios políticos e econômicos, independentemente de ter sido descumprida a legislação ambiental”, avalia Leonardo Amorim, advogado do ISA. “Isso porque o país não se livrou de uma lei que tem suas origens na ditadura, que permite que o governo ignore as decisões judiciais até o julgamento final das ações contra ele. Enquanto isso, a obra é concluída e depois considerada fato consumado.”

As 40 condicionantes da Licença Prévia tratam de ações estabelecidas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama) para que as cidades próximas da região onde Belo Monte está sendo construída fossem preparadas para enfrentar os impactos da obra



SÍTIO PIMENTAL, ONDE ESTÁ SENDO CONSTRUÍDA
A BARRAGEM PRINCIPAL DA USINA DE BELO
MONTE, PARÁ | ANDRÉ VILLAS-BÔAS (ISA)

Advocacia Geral da União recorre da decisão e Justiça cancela paralisação de Belo Monte

POR Letícia Leite / PUBLICADA EM 30 de outubro de 2013.



O QUE É A SUSPENSÃO DE LIMINAR

A Suspensão de Liminar e Antecipação de Tutela (SLAT), ou Suspensão de Segurança, é um instrumento judicial criado inicialmente pela Lei 4.348, de junho de 1964, em plena ditadura militar, e reeditada posteriormente pelas leis 8.437/92 (Lei de liminares contra o Poder Público) e 12.016/09 (Lei do Mandado de Segurança). Segundo esses diplomas legais, o Poder Público pode suspender liminares concedidas contra suas medidas caso o presidente do tribunal que julgará eventuais recursos entenda que a liminar judicial cause “grave lesão à ordem, à saúde, à segurança e à economia públicas.”

Diversos juristas e organizações da sociedade criticam a existência desse instrumento e a maneira como é utilizado, pois permite que decisões governamentais vigorem independentemente de sua legalidade e de haver lesão a direitos fundamentais. Segundo os críticos, os termos amplos da legislação permitem que qualquer interesse político ou econômico seja utilizado como argumento para suspender decisões baseadas na lei. Há também críticas à desnecessidade de ouvir a parte contrária e à possibilidade da suspensão ser usada contra sentenças e decisões finais de colegiados de tribunais, ou seja, contra decisões que não são liminares.

O desembargador Mário Cesar Ribeiro, presidente do TRF1, acatou o pedido da Advocacia Geral da União (AGU) e anulou a liminar que ordenava que as obras deveriam ser suspensas até que a empresa Norte Energia cumprisse as condicionantes impostas pelo Ibama desde 2010 e que até hoje não foram atendidas.

O relator do processo, desembargador federal Souza Prudente, havia acolhido o pedido do Ministério Público Federal (MPF), reconhecendo que a inadimplência da empresa estava a gerar danos irreversíveis para a população, e alertando para os riscos envolvidos na continuidade dos descumprimentos.

“Ainda não foram implementadas todas as medidas que deveriam ser adotadas antes mesmo da edição da Licença Prévia, que foi emitida mediante a estipulação de condicionantes, as quais, mesmo não sendo cumpridas, foram transferidas para a Licença de Instalação, a demonstrar que, a seguir essa reprovável prática, certamente, deverão ser transferidas para a fase seguinte (Licença de Operação) sem qualquer perspectiva de que um dia serão efetivamente implementadas”, argumentou Souza Prudente em sua decisão.

Em seu despacho, o presidente do TRF1, Mario Cesar Ribeiro, não manifestou qualquer argumento sobre o conteúdo da decisão do desembargador Souza Prudente, nem ouviu o Ministério Público. Limitou-se a argumentar que seu antecessor na presidência do tribunal já havia suspenso uma outra liminar anteriormente concedida pela Justiça Federal do Pará no mesmo processo. Essa antiga liminar, que anulou temporariamente a Licença de Instalação parcial da usina, foi suspensa em 2011 pelo presidente do TRF1 à época. Para Ribeiro, atual presidente do tribunal, essa suspensão de liminar antiga deverá prevalecer até que um tribunal superior ou o plenário do TRF-1 (a Corte Especial) decida o mérito da ação.

O próprio desembargador Souza Prudente já tinha previsto a suspensão. Para Souza Prudente, a Suspensão de Liminar anterior não valeria para sua liminar, pois “além de não produzir efeitos em relação a decisões do próprio Tribunal, os julgados proferidos em sede de suspensão de segurança têm por suporte pressupostos jurídicos distintos daqueles em que se ampara a pretensão aqui veiculada.”

Na liminar ele discorre em três páginas sobre o uso “abusivo” e “autoritário” do instrumento de suspensão de segurança, que permite que sejam ignorados os questionamentos jurídicos colocados pelo MPF, em prol de um “controle político do ato judicial.” O presidente do tribunal não analisou os argumentos de Souza Prudente, decidindo pela prevalência da suspensão de liminar.

Em nota divulgada nesta quarta, logo após a decisão do presidente do TRF1, a Norte Energia, informou ter retomado as atividades do empreendimento.



Governo e Norte Energia voltam a adiar cumprimento de condicionantes de Belo Monte

POR Oswaldo Braga de Souza / PUBLICADA EM 19 de setembro de 2013.

A presidenta da Fundação Nacional do Índio (Funai), Maria Augusta Assirati, prometeu, na terça (17/9), que a retirada completa de ocupantes não índios da Terra Indígena (TI) Apyterewa, no leste do Pará, será feita em abril de 2014. Ela fez o anúncio durante reunião com 30 índios Parakanã e Juruna, em Brasília.

O encontro foi agendado depois que os índios bloquearam a entrada de um dos canteiros de obras da hidrelétrica

de Belo Monte, em Altamira (PA). O grupo composto por membros das duas etnias chegou na madrugada de segunda-feira (16/9) e impediu a entrada dos trabalhadores. O acesso só foi liberado depois que a reunião foi confirmada.

As principais reivindicações dos índios são a desintrução da TI Apyterewa, do povo Parakanã; a redefinição dos limites da TI Paquiçamba e a garantia de acesso da comunidade Juruna, moradora da área, ao reservatório

da barragem. Todas as demandas são compensações pelos impactos da usina, definidas como condicionantes para sua licença ambiental. O governo federal é responsável pelas duas primeiras e a Norte Energia, empreendedora de Belo Monte, pela terceira. Todas deveriam ter sido atendidas ainda em 2010. Por isso, os indígenas fizeram o protesto.

Lideranças Parakanã afirmam que a desocupação dos não índios da TI

Apyterewa está paralisada. De acordo com elas, a Funai não cumpriu outra promessa feita neste ano. “Em junho, os Parakanã foram a Brasília e a presidente da Funai prometeu fazer desintrusão até o fim de setembro”, conta a Temekwareyma Parakanã. “Por enquanto, vamos cobrar o cumprimento dessa [nova] promessa [de desocupação em abril]”, afirmou, depois da reunião.

Maria Augusta Assirati diz que o processo corre normalmente e está atrasado por causa de ações judiciais. “Tivemos várias intercorrências, inclusive com ações judiciais, que envolveram a atuação do Incra [Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária], com o reassentamento do público de reforma agrária que está dentro da área; ações judiciais contra o próprio procedimento”, justificou. Segundo a assessoria da Funai, o órgão está finalizando a análise de cerca de 300 recursos administrativos relacionados à regularização da área. Isso também teria atrasado a desintrusão.

Ainda segundo técnicos do órgão indigenista, a TI chegou a ter mais de 1,1 famílias de não indígenas, mas mais da metade já teria saído da área. Foram indenizadas 140 famílias por benfeitorias feitas de boa fé, ou seja, construídas sem o conhecimento da ocupação indígena. De acordo com as informações, restam 124 famílias na mesma situação. Maria Augusta informou que, em outubro, será instalada na região uma nova comissão para indenizá-las. A Funai já gastou R\$ 3,8 milhões em indenizações e estima gastar em torno de R\$ 3,7 milhões.

De acordo com a Constituição Federal, ocupantes não índios de TIs só po-

dem ser indenizados por benfeitorias de boa fé e eventuais títulos incidentes nessas áreas são considerados inválidos.

Das 1,1 mil famílias de não índios, 386 foram enquadradas como público da reforma agrária e têm direito a serem reassentadas em uma área já definida pelo Incra. De acordo com a Funai, os ocupantes que se negarem a sair até abril serão retirados pela polícia.

Além de Maria Augusta Assirati e dos índios, participaram da reunião o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, a diretora de Relações Institucionais da Norte Energia, Clarice Coppetti, e representantes do Incra.

TI PAQUIÇAMBA

Quanto às demandas dos Juruna, a presidenta da Funai disse que o órgão deve terminar de analisar as contestações ao processo de redefinição da TI Paquiçamba em meados de outubro e, na sequência, vai enviar ao Ministério da Justiça para publicação da Portaria Declaratória.

O acertado na reunião é que será realizado um encontro entre representantes do governo e da Norte Energia, na semana que vem, e outra reunião, na segunda semana de outubro, já com a presença dos índios, na região, para que a empresa e o governo federal apresentem soluções para garantir o acesso dos índios ao reservatório.

Com a redução de até 80% da vazão do Rio Xingu depois da barragem, os Juruna perderão sua principal via de transporte até Altamira. Seu acesso fluvial à cidade está hoje limitado a um mecanismo de transposição de embarcações operado pela empresa (**veja o mapa**).

“Nós teremos o acesso ao reservatório”, disse Giliard Juruna, após a reunião. Ele estava com um documento assinado por representantes da Norte Energia comprometendo-se a estudar soluções para o problema.

A Norte Energia afirma que a ampliação da TI Paquiçamba não é de sua responsabilidade, mas da Funai. Na saída da reunião, Clarice Coppetti insistiu no argumento.

“Todos os estudos serão feitos, todas as análises serão levadas ao órgão licenciador, ao Ibama [Instituto Brasileiro do Meio Ambiente]”, respondeu Coppetti, quando questionada sobre a possibilidade da compra da área que permitiria o acesso ao reservatório no caso dela não ser considerada de ocupação tradicional indígena. “Não há uma decisão [tomada] hoje, aqui. Neste momento, o que temos são estudos sendo realizados.”

Em 2012, a Norte Energia atendeu a reivindicação dos Juruna e construiu uma estrada, de cerca de 70 km, que liga a TI Paquiçamba à rodovia Transamazônica, como uma alternativa de acesso à Altamira e Vitória do Xingu, onde se concentra a oferta de serviços públicos, em especial o atendimento de saúde.

Como a via passa pela área que futuramente será o canal de derivação do Rio Xingu, os índios reivindicam da empresa a construção de uma ponte nesse ponto. Sem essa obra, a distância entre a TI e Altamira será mais que duplicada, dificultando e encarecendo ainda mais o transporte para as comunidades.

“É inacreditável que, em setembro de 2013, o governo federal e a Norte Energia digam que vão estudar possibilidades para cumprir uma condicionante que deveria ter sido atendida ainda em 2010”, critica a advogada Biviany Rojas, do ISA.

“Espanta a naturalidade com que é encarada a inadimplência do Poder Público e da empresa com relação ao cumprimento das condições estabelecidas no licenciamento para viabilizar a instalação da usina.”

Presidenta da Funai promete retirada completa de ocupantes não índios da Terra Indígena (TI) Apyterewa, no leste do Pará, para abril de 2014. Medida foi definida como condicionante de licença de hidrelétrica e deveria ter sido atendida em 2010



Índios vão a Brasília cobrar condicionantes de Belo Monte

POR Letícia Leite / PUBLICADA EM 17 de setembro de 2013.

Cerca de 30 índios das etnias Juruna e Parakanã embarcaram na manhã desta terça-feira (17/9) de Altamira (PA) para Brasília em um avião fretado pelo governo federal. Eles vão cobrar do governo o cumprimento das condicionantes da UHE de Belo Monte.

A reunião da qual os índios vão participar está marcada para as 15h desta terça-feira (17/9), na sede do Ministério da Justiça e terá a participação do Ministro da Justiça, José Eduardo Cardoso, do Ministro chefe da Secretaria Geral da Presidência, Gilberto Carvalho, da presidente da Funai, Maria Augusta Boutilere Assirati e do presidente da Norte Energia, Duílio Diniz.

O encontro foi agendado depois que indígenas bloquearam a entrada do sítio Pimental, onde está sendo construída a Casa de Força Complementar da UHE de Belo Monte. Os índios chegaram na madrugada desta segunda-feira (16/9) e impediram a entrada dos trabalhadores. O acesso só foi liberado depois que a reunião foi confirmada.

Os Juruna e Parakanã reivindicam o cumprimento das condicionantes que foram estabelecidas pela Funai, como pré-requisitos para a instalação da Usina de Belo Monte. Apesar de as obras da usina terem começado há mais de dois anos essas condicionantes ainda não foram atendidas pelo governo federal e pela Norte Energia, empresa responsável pela construção do empreendimento.

IDENTIFICAÇÃO, DEMARCAÇÃO E DESINTRUSÃO DE TIS

No caso da etnia Parakanã, o processo de identificação e desintrusão dos ocupantes não indígenas da Terra Indígena (TI) Apyterewa teve início em 2011, e 140 ocupações não indígenas identificados como de boa-fé foram indenizados. Não obstante, o processo não foi concluído e os Parakanã denunciam a paralisação das ações de desocupação de suas terras e o agravamento do processo de invasão. Eles já estiveram em Brasília em junho para uma conversa com a presidência da Funai sobre

a desintrusão da TI Apyterewa. “Eles prometeram que a desintrusão da nossa terra seria feita até o dia 10 de setembro, nós viemos cobrar”, diz o líder Temekwareyma Parakanã.

Já os Juruna pedem agilidade na ampliação e demarcação física da Terra Indígena Paquiçamba, e ações concretas de fiscalização e proteção de seus limites. A TI Paquiçamba é uma das duas TIs mais afetadas pela construção da usina. Os Juruna, que moram a poucos quilômetros dos canteiros de obras, reclamam da pressão sobre os recursos ambientais no seu território, das frequentes invasões de pescadores, madeireiros e colonos que entram e se instalam na própria TI.

AÇÕES PREVISTAS

Entre as ações previstas nas condicionantes da Usina de Belo Monte encontram-se:

1. a desintrusão da TI Apyterewa do povo Parakanã,
2. a demarcação física e a redefinição de limites da Terra Indígena Paquiçamba, garantindo acesso ao reservatório da usina ao povo indígena Juruna;
3. a destinação das ilhas da Volta Grande do Xingu que se encontram entre as Terras Indígenas Paquiçamba e Arara da Volta Grande do Xingu como áreas de usufruto exclusivo dessas comunidades indígenas;
4. o estabelecimento de um corredor ecológico ligando as Terras Indígenas Paquiçamba, Arara da Volta Grande do Xingu e Trincheira-Bacajá, incluindo nesse processo a ampliação da Terra Indígena Paquiçamba e a criação de Unidades de Conservação, e
5. a fiscalização e vigilância das Terras Indígenas impactadas, incluindo termo de cooperação com o Censipam para monitoramento por satélite.

Pesquisadores vão percorrer o Rio Xingu em busca de espécies ameaçadas por Belo Monte

POR Letícia Leite / PUBLICADA EM 10 de setembro de 2013.

O futuro dessa área onde o rio faz uma curva de 100 km, a chamada Volta Grande do Rio Xingu, ainda é incerto. Os estudos de impacto ambiental hidrelétrica de Belo Monte não dão conta de concluir os reais impactos da redução do fluxo de água neste trecho do rio que será barrado e que abriga uma das maiores diversidades ambientais do planeta.

Este conjunto de incertezas mobilizou os 18 integrantes da expedição que partiu esta semana do porto de Altamira. A bordo de três embarcações o grupo empreendeu a primeira etapa da viagem, que deve durar duas semanas. A expedição irá percorrer vários pontos do rio, incluindo as áreas de pedrais e cachoeiras onde vivem centenas de espécies de peixes ornamentais - muitos deles só existem nesta região do mundo. A ideia é que o grupo ainda volte ao Xingu por mais duas vezes, para documentar as espécies tanto na seca como na cheia do rio.

Liderados pelo professor da Universidade Federal do Pará (UFPA), Leandro Sousa, e pelo pesquisador Mark Pérez, da Academy of Natural Sciences (ANSP) que financia parte da pesquisa, o grupo promete voltar da primeira viagem com registros importantes da rica biodiversidade ameaçada pela construção de Belo Monte.



INDÍGENA DA ALDEIA MURATU, NA TI PAQUIÇAMBA, PESCA UM ACARI CONHECIDO COMO AMARELINHO, UMA DAS ESPÉCIES AMEAÇADAS | LETÍCIA LEITE (ISA)



GRUPO DE PESQUISADORES SAI DE ALTAMIRA EM DIREÇÃO À VOLTA GRANDE DO XINGU PARA REGISTRAR A BIODIVERSIDADE DAQUELA ÁREA, QUE SERÁ REPRESADA PELA USINA | LETÍCIA LEITE (ISA)

ÁREA DE REASSENTAMENTO COLETIVO
DESTINADA AOS ATINGIDOS PELA USINA |
LETÍCIA LEITE (ISA)



Norte Energia poderá ser obrigada a rever programas socioambientais de Belo Monte

POR Letícia Leite / PUBLICADA EM 9 de setembro de 2013.



A Norte Energia, empresa responsável pela construção da UHE de Belo Monte, divulgou na última semana em relatório oficial que em junho deste ano já havia contratado 25.496 trabalhadores, sete mil a mais do que o autorizado no licenciamento da obra.

O problema é que o cálculo de todas as obrigações socioambientais para receber Belo Monte foi feito com base na contratação de 18 mil trabalhadores. O aumento na mão

de obra extrapola o estipulado pelo licenciamento como limite para manter as mesmas obrigações socioambientais já previstas, e extrapola o próprio limite avaliado pela Norte Energia como supostamente garantidor de que não haveria déficit na oferta de serviços públicos na região.

A empresa havia informado ao Ibama em abril que iria aumentar a quantidade de trabalhadores para 22.500, afirmando que tal mudança não demandaria ampliação nos projetos socioambientais, que admitiriam até 24 mil trabalhadores na obra. Contrariando sua própria avaliação e sem informar previamente o Ibama, a empresa ultrapassou esse “teto” autoestipulado e aumentou ainda mais o número de trabalhadores.

O Ibama já havia informado à Norte Energia, no mês de abril, que considera qualquer modificação na mão de obra uma alteração do projeto licenciado, e que portanto só poderia ser feita após análise e aprovação do órgão fiscalizador da obra.

A UHE de Belo Monte recebeu financiamento de R\$ 3,2 bilhões para investimento em obras socioambientais, maior valor já aprovado pelo BNDES para iniciativas socioambientais

A Norte Energia tem de apresentar até o dia 11 de setembro análise sobre os impactos que essa alteração no quantitativo de mão-de-obra terá sobre a demanda por equipamentos públicos na região afetada. Caso não aceite as justificativas, o Ibama pode ordenar que a empresa reveja junto às prefeituras diversas obras de infraestrutura, como reforma e construção de escolas, hospitais, postos de saúde e equipamentos de segurança pública, previstos no Projeto Básico Ambiental (PBA) da obra.

O cumprimento do PBA é a primeira condicionante que permitiu o início da construção da usina. A UHE de Belo Monte recebeu financiamento de R\$ 3,2 bilhões para investimento em obras socioambientais, maior valor já aprovado pelo BNDES para iniciativas socioambientais.



ESCAVAÇÕES PARA A INSTALAÇÃO DAS
TURBINAS DA CASA DE FORÇA PRINCIPAL
DA USINA HIDRELÉTRICA DE BELO MONTE,
SÍTIO BELO MONTE, A 52 KM DA CIDADE DE
ALTAMIRA (PA) | LETÍCIA LEITE (ISA)

Ibama afirma que o cumprimento de condicionantes de Belo Monte só piorou

POR Letícia Leite / PUBLICADA EM 30 de julho de 2013.



Obras como o sistema de drenagem de Altamira, que deveria ter se iniciado em março do ano passado, ainda não têm nem projeto

Ibama, em atraso na concessão para a próxima licença ambiental do empreendimento, que autoriza ou não o enchimento do reservatório da usina.

Obras como o sistema de drenagem de Altamira, que deveria ter se iniciado em março do ano passado, ainda não têm nem projeto. A drenagem na sede de Vitória do Xingu está atrasada em 12 meses aproximadamente, e as obras dos sistemas de drenagem nas localidades de Belo Monte e Belo Monte do Pontal já têm atrasos que chegam a 18 meses, segundo o mesmo parecer.

Em diversos momentos do parecer técnico, o órgão recomenda que a Norte Energia seja penalizada pelos atrasos reincidentes, sem indicar concretamente a natureza e a magnitude da sanção.

ÓRGÃO RECOMENDA PENALIZAÇÕES

Outra autuação já encaminhada refere-se à construção ilegal, pelo Consórcio Construtor de Belo Monte (CCBM), de um ramal de transmissão que leva energia de Altamira aos canteiros de obras, sem a devida autorização do Ibama.

O parecer também aponta falhas nas indenizações de benfeitorias de famílias que foram desapropriadas das áreas onde hoje estão sendo instalados os canteiros de obras. As últimas indenizações pagas pelo pé de cacau, principal lavoura da região, foram subestimadas entre 52% e 70% do valor pago nas primeiras indenizações.

O documento divulgado pelo Ibama é a análise do último relatório da Norte Energia sobre os programas socioambientais da usina. As 132 páginas analisam detalhadamente o relatório entregue ao órgão licenciador pela empresa em janeiro de 2013, incluindo constatações de vistorias em campo realizadas esse semestre.

Nas próximas semanas o Ibama deve anunciar qual será a penalidade aplicada à Norte Energia pelo descompasso entre as obras da usina e a implementação das medidas mitigatórias e compensatórias à região afetada. As sanções administrativas podem variar desde advertências à empresa até o embargo da obra.

E OS ÍNDIOS?

Os índios afetados por Belo Monte mais uma vez não foram citados no parecer do Ibama. A Funai também não se pronunciou sobre o cumprimento das condicionantes indígenas. Mais

Apenas quatro das 23 condicionantes foram atendidas, de acordo com informações do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). Os dados foram publicados no site do órgão federal na última quinta-feira (25).

No documento, o Ibama afirma que nenhuma das condicionantes que dizem respeito às obras de infraestrutura nas cinco cidades afetadas diretamente pela obra foi considerada atendida.

Os atrasos para o início das obras de saúde, educação e saneamento básico na região podem refletir, segundo o

MADEIRA DESMATADA PARA A CONSTRUÇÃO DA USINA AO LADO DE UM DOS CANTEIROS DE OBRAS DE BELO MONTE | LEONARDO AMORIM



de dois anos depois de iniciada a instalação da usina ainda não saíram do papel os programas socioambientais indígenas, relacionados à saúde, educação e saneamento básico.

VISITA TÉCNICA APONTA IRREGULARIDADE

O Instituto Socioambiental teve acesso também ao relatório do Ibama com as conclusões de visita técnica realizada em Altamira e região, entre os dias 11 e 15 de março deste ano.

No documento, o órgão relata que a Norte Energia afirmou que ainda este ano deve-se chegar a 28 mil trabalhadores nos canteiros de obra, 10 mil a mais do que o número autorizado. Ainda de acordo com o Ibama, a alteração deveria ter sido formalizada. Isso porque todas as obras de redução de impactos nas cinco cidades afetadas pela usina foram planejadas levando em conta o inchaço populacional de 18 mil trabalhadores na região. Qualquer alteração neste número deveria representar revisão das obras previstas.

MADEIRA APODRECE NOS CANTEIROS

O relatório também aponta irregularidades no corte e destinação da madeira desmatada para a instalação das obras. Segundo os técnicos do Ibama, há indícios de que o Consórcio Construtor de Belo Monte (CCBM) estaria comprando madeira serrada de empresas da região, enquanto as madeiras

Mais de dois anos depois de iniciada a instalação da usina ainda não saíram do papel os programas socioambientais indígenas, relacionados à saúde, educação e saneamento básico

desmatadas, que deveriam estar sendo reutilizadas nas obras pelo CCBM, já se encontram em estado de decomposição por problemas na logística de reaproveitamento.

O Instituto Socioambiental solicitou entrevista com o responsável da Norte Energia para esclarecer as falhas no atendimento das condicionantes relatadas pelo Ibama durante as vistorias técnicas na região. Em nota, a empresa disse que “reafirma que mantém junto aos órgãos competentes as devidas comunicações sobre suas atividades na área de influência da Usina Hidrelétrica Belo Monte.”

Nas aldeias atingidas por Belo Monte o atendimento à saúde continua precário

POR Letícia Leite / PUBLICADA EM 9 de julho de 2013.

Depois de dois anos do início das obras da usina de Belo Monte, em Altamira (PA) e municípios vizinhos, o Programa Integrado de Saúde Indígena, criado como condicionante para a Licença Ambiental do empreendimento, não saiu do papel e a concessionária Norte Energia S.A, não contratou empresa para executar as ações.

Dados oficiais do Distrito de Saúde Especial Indígena de Altamira (DSEI Altamira-PA) demonstram situação crítica nos índices de mortalidade, desnutri-

ção infantil e diarreia aguda em crianças indígenas das aldeias afetadas pela usina de Belo Monte. A falta de atendimento nas aldeias fez saltar em 2000% o número de atendimentos na cidade, entre 2009 e 2013.

“Tudo não passou de promessas. A saúde dos índios do Xingu só piorou. A reestruturação do atendimento à saúde indígena está apenas no papel”, diz o presidente do Conselho Distrital de Saúde Indígena (CONDIS), Joaquim Curuaia.

Em 2010, a saúde dos indígenas do Xingu já era alarmante, se comparada

à realidade brasileira e a taxa de mortalidade infantil era de de 83 por mil nascidos vivos, quatro vezes maior que a média nacional.

Em 2012, nove em cada dez crianças indígenas apresentaram diarreia aguda por mais de uma vez. Mais de 14% das crianças até cinco anos que vivem nas 36 aldeias consideradas afetadas por Belo Monte estão com peso considerado baixo ou muito baixo para sua idade.

“Em 10 dias em campo, em aldeias na Terra Indígena (TI) Trincheira do Bacajá, da etnia Xikrin, duas crianças



PUJA XIPAYA, 18 ANOS, COM O FILHO RECÉM-NASCIDO. ANTES DO PARTO, ELA ENFRENTOU UMA VIAGEM DE 12 HORAS DA ALDEIA ONDE MORA ATÉ CHEGAR AO HOSPITAL EM ALTAMIRA (PA) | LETÍCIA LEITE (ISA)

morreram, uma por diarreia e outra com pneumonia. Como pode, em 2013, crianças indígenas ainda morrerem desta maneira?”, questiona a antropóloga Thais Mantovaneli, que realiza estudos em uma das quatro TIs atingidas pela usina.

REESTRUTURAÇÃO NÃO ACONTECEU

Em fevereiro de 2010, a primeira licença ambiental de Belo Monte estipulava como uma das principais condicionantes para a viabilidade da obra “a reestruturação do atendimento à saúde indígena pelo DSEI na região de Altamira.” O prazo para a implantação era até a realização do leilão da obra em abril do mesmo ano. Nessa data a Norte Energia S.A. tornou-se a empresa responsável por implementar Belo Monte. Desde então, é urgente reorganizar a prestação do serviço de saúde indígena diante do passivo histórico local.

Em maio de 2011, o Ministério da Saúde encaminhou à Norte Energia um conjunto de ações emergenciais que deveria ser adotado para garantir a emissão da licença seguinte (de instalação), de implantação dos canteiros de obras. As obras foram aceleradas, diferentemente das obrigações com os povos afetados, que não saíram do papel.

“Sem atendimento básico de qualidade nas aldeias, os índios se obrigam a vir para a cidade para tratar muitos problemas que poderiam ser facilmente resolvidos se na aldeia tivesse pessoal de saúde bem preparado, boa tecnologia de comunicação para suporte à distância e medicação adequada”, comen-

Em 2011, a Casa de Saúde Indígena (Casai) de Altamira registrou 546 atendimentos. No ano seguinte, foram 13,5 mil, com praticamente o mesmo número de profissionais, segundo o DSEI

ta Douglas Rodrigues, chefe da Unidade de Saúde e Meio Ambiente da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), que trabalha há mais de 20 anos com populações na Amazônia.

Em 2011, a Casa de Saúde Indígena (Casai) de Altamira registrou 546 atendimentos. No ano seguinte, foram 13,5 mil, com praticamente o mesmo número de profissionais, segundo o DSEI.

PRAZOS NÃO SÃO CUMPRIDOS

As condicionantes socioambientais impostas pela Fundação Nacional do Índio (Funai) não estão sendo atendidas no prazo adequado e o projeto Básico Ambiental do Componente Indígena (PBA-CI) sequer foi contratado, depois de dois anos de emitida a licença de instalação da usina. As autorizações ambientais continuam vigentes.

“É inadmissível a inexistência de sanções administrativas apesar do grau de inadimplência em questões tão delicadas como o atendimento à saúde indígena”, afirma Biviany Rojas do ISA. “O governo federal é responsável integralmente por essa situação. Encarregado da fiscalização da obra, o governo

federal é o mesmo que garante seu financiamento pelo BNDES, mas também é o dono de 49,9% das ações da empresa concessionária da usina. Não existe justificativa para que o governo federal permita que a situação chegue ao ponto crítico em que se encontra hoje.”

As iniciativas estabelecidas pelo Ministério da Saúde pretendiam fortalecer o atendimento básico nas aldeias, diminuir e especializar o atendimento na cidade e desestimular o deslocamento de famílias indígenas inteiras na procura por atendimento. Entre as ações estavam: a construção de postos de saúde nas aldeias, a implantação de alas especiais para indígenas nos dois hospitais públicos de Altamira e a construção de cinco polos de atendimento. Até hoje, nada foi executado e os indígenas cada dia dependem mais do atendimento na cidade.

FALTAM INFORMAÇÕES SOBRE OS INDICADORES

A reportagem do ISA procurou o coordenador do DSEI em Altamira, Lindomar Carneiro, para comentar os problemas de saúde indígena na região. Carneiro afirmou que aguarda autorização do Ministério da Saúde para poder se pronunciar e fornecer os indicadores de saúde solicitados.

O ISA também solicitou à Norte Energia entrevista com o superintendente para questões indígenas da empresa ou esclarecimentos sobre os atrasos na implementação do PBA-CI, mas a empresa afirmou que o responsável estava sem agenda nesta semana e não poderia responder às demandas solicitadas até a data de publicação desta matéria.

Tudo não passou de promessas. A saúde dos índios do Xingu só piorou. A reestruturação do atendimento à saúde indígena está apenas no papel”, diz o presidente do Conselho Distrital de Saúde Indígena (CONDIS), Joaquim Curuaia

Em Belo Monte um muro de pedras foi construído para evitar ocupações

POR Letícia Leite / PUBLICADA EM 18 de junho de 2013.

Na cidade paraense de Altamira as passagens de ônibus não subiram no mês de junho. O valor da passagem custa R\$ 3,50 e o transporte público é feito por 10 ônibus que buscam atender os 150 mil moradores, segundo o Departamento Municipal de Transito (Demutran). Pelas ruas reinam os táxis sem taxímetro, mototáxis e as bicicletas. Nesta segunda-feira (17/6) não houve protestos em Altamira. Ao contrário do que aconteceu em muitas cidades e capitais brasileiras.

O último grande protesto na região aconteceu na vizinha Vitória do Xingu, a 55 km de Altamira, onde fica o Sítio Belo Monte, principal canteiro de obras da usina hidrelétrica de Belo Monte, ocupado duas vezes, por 17 dias, durante o mês de maio.

Liderados pelo povo Munduruku, mais de 100 indígenas de várias etnias ocuparam o canteiro para pedir a suspensão de obras e estudos de barragens em Terras Indígenas e a garantia do direito da consulta prévia, livre e informada previsto na Convenção 169 da OIT.

Neste mês de junho, as obras completam dois anos e até agora o plano de ações principal das condicionantes indígenas da obra ainda não começou a ser executado. Para se proteger de novas ocupações a empresa responsável pela construção da obra, a Norte Energia, ergueu um muro de pedra na entrada principal além de uma cerca de arame e reforçou o policiamento.

Em Altamira, cidade vizinha de Vitória do Xingu, onde a maior hidrelétrica do país esta sendo construída também há interrupções diárias de energia, não existe saneamento básico nem distribuição de água potável, os moradores são obrigados a construir poços com a água sempre poluída. Casas em ruas esburacadas e com esgoto na porta são facilmente alugadas a R\$ 5 mil reais.

Detentora de um dos maiores crescimentos populacionais do país a cidade, de acordo com a prefeitura, ganhou mais de 50 mil habitantes desde o início da construção da usina hidrelétrica de Belo Monte, em 2011. Mais da metade deste número são de trabalhadores, que até o fim deste ano serão 28 mil.

Bicicletas e motos são o principal meio de transporte da população. A frota de motos já ultrapassou 30 mil e a média em 2013 é de 800 novos registros por mês. Até o mês de maio foram registrados 250 acidentes com vítimas envolvendo motos na cidade, representando 70% das ocorrências do Demutran neste ano.

No dia em que diversas capitais e cidades brasileiras eram tomadas por manifestações de protesto a partir das 17h, especialmente contra o aumento nas tarifas de transporte, mas também contra a corrupção, contra os estádios construídos para a Copa do Mundo e até mesmo contra a construção da UHE de Belo Monte, em Altamira as ruas estavam engarrafadas de carros, motos e bicicletas, como de costume neste horário.

E os índios, que desocuparam o canteiro de obras há poucos dias terão que enfrentar um muro de pedras caso resolvam voltar a cobrar seus direitos por lá.

MURO DE PEDRAS ERGUIDO NOS ÚLTIMOS DIAS NA ENTRADA PRINCIPAL DO CANTEIRO DE OBRAS DE BELO MONTE | LETÍCIA LEITE (ISA)



ENTRADA PRINCIPAL DO CANTEIRO DE OBRAS DE BELO MONTE EM MAIO | LETÍCIA LEITE (ISA)

Altamira: um retrato do caos

POR Letícia Leite / PUBLICADA EM 16 de abril de 2013.

Na corrida de 15 minutos, o taxista fala que o trabalho esta rendendo. Com o dinheiro extra do movimento nos últimos meses, ele já está quase tirando a “carta de motorista.” Não há blitz em Altamira. Sem fiscalização, o motorista tem o privilégio de driblar o problema de não ter licença para dirigir enquanto a rotina do trabalho acontece. Tirar a licença antes de começar a trabalhar iria atrasar a vida do taxista e cada dia sem dirigir, para ele, é dinheiro perdido.

Fora do táxi, a lógica permanece a mesma na cidade afetada pela construção da terceira maior hidrelétrica do mundo. Os problemas devem se resolver durante, ou depois da obra. Caso contrário podem travancar o “desenvolvimento.”

Pouquíssimas obras previstas para amenizar os impactos da construção de Belo Monte, chamadas de condicionantes de mitigação, foram plenamente executadas. Mesmo assim, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama), órgão que fiscaliza o projeto, concedeu, em 2011, a licença para o início das obras. Passados 21 meses, a prefeitura da

cidade diz que ao menos 40 mil novos moradores chegaram à cidade, a barragem tomou forma, os taxistas ganharam um aumento de passageiros de quase 30% . Nos relatórios de fiscalização do Ibama, os atrasos, recomendações e descrições da situação caótica da execução das condicionantes socioambientais estão registrados. O ISA analisou as centenas de páginas do último relatório, publicado em janeiro e fez as contas: apenas 19% do total dos compromissos foi cumprido. A obra seguiu sem multas ou suspensão da licença. A empresa responsável pela construção de Belo Monte passou pela “blitz.”

Em março, atingidos pelo empreendimento organizaram vários protestos. A maioria quer saber para onde será relocada depois de ser obrigada a sair de casa para a formação do reservatório que irá atingir a cidade nos próximos meses. A última enchente na cidade deixou 120 famílias desabrigadas. Mais de 50 pessoas passaram dias no ginásio municipal. Moradores das áreas rurais foram despejados há um ano e ainda não receberam a devida indenização.



SEM TER PARA ONDE IR DEPOIS DA ENCHENTE, MAIS DE 50 FAMÍLIAS PASSARAM DIAS ABRIGADAS NO GINÁSIO POLIESPORTIVO DA CIDADE | LETÍCIA LEITE (ISA)



PROBLEMAS NAS INDENIZAÇÕES: UM ANO APÓS SEREM DESPEJADOS, FAMÍLIA DE AGRICULTORES ATINGIDA POR BELO MONTE AINDA NÃO RECEBEU INDENIZAÇÃO | LETÍCIA LEITE (ISA)



ENCHENTES CASTIGARAM MORADORES DE ALTAMIRA, CERCA DE 120 FAMÍLIAS TIVERAM QUE DEIXAR SUAS CASAS DEPOIS DA ENCHENTE OCORRIDA NA ÚLTIMA SEMANA DE MARÇO. A MAIORIA MORA PRÓXIMA AOS IGARAPÉS DA CIDADE | LETÍCIA LEITE (ISA)



NA ÚLTIMA SEMANA DE MARÇO, CERCA DE 300 ATINGIDOS PELA USINA REUNIRAM-SE EM UMA ESCOLA MUNICIPAL DE ALTAMIRA. O ENCONTRO FOI ORGANIZADO PELO MAB – MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGEM. A FALTA DE INFORMAÇÃO É A PRINCIPAL RECLAMAÇÃO DA POPULAÇÃO | LETÍCIA LEITE (ISA)

Belo Monte conclui 30% das obras sem construir nenhum quilômetro de rede de esgoto em Altamira

POR Letícia Leite / PUBLICADA EM 8 de abril de 2013.

Já são visíveis da rodovia Transamazônica as crateras onde devem ser instaladas as turbinas da hidrelétrica de Belo Monte. A cena impressionou cinco senadores, na tarde da sexta (5/4). Além de visitar os canteiros, os parlamentares andaram pelas ruas de Altamira, cidade que abriga a maior e mais cara obra em andamento no País, onde mais de 100 mil pessoas ainda vivem sem água potável e rede de esgoto.

Depois da visita, a subcomissão de senadores que acompanha as obras da usina prometeu realizar audiência em Brasília, ainda esta semana. O presidente do colegiado, Delcídio do Amaral (PT-MS), disse que deve se reunir com a ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, para encaminhar soluções para os problemas na execução das condicionantes do licenciamento ambiental do empreendimento. A previsão é de que os parlamentares retornem à Altamira em agosto.

A visita aconteceu na mesma semana em que o Ministério Público Federal (MPF) pediu à Justiça Federal, em Altamira, que suspenda a licença de instalação da hidrelétrica, conforme prevê a legislação brasileira, para o caso de descumprimento das condicionantes. “Altamira vive um colapso, mais 50 mil pessoas chegaram à cidade depois que as obras começaram e nenhum quilômetro de rede de esgoto foi construído”, explica a procuradora Thais Santi. A ação judicial pede ainda que a Norte Energia, responsável pelo projeto, seja condenada ao pagamento de indenização por dano moral difuso, em valor a ser determinado pela Justiça.

Das 22 condicionantes, quatro estão concluídas e “todas estão em andamento, nada está parado”, disse João Pimentel, diretor da Norte Energia.

RESERVATÓRIO NO XINGU PODE SE TRANSFORMAR EM LAGO DE ESGOTO

O MPF diz que boa parte das condicionantes não saiu do papel. Elas foram determinadas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) há três anos, para concessão da licença prévia e, em 2011, para obtenção da licença de instalação.

Altamira despeja todo seu esgoto no Rio Xingu, de acordo com o secretário de Obras do município, Pedro Barbosa. “No projeto da empresa Geo Engenharia (contratada pela Norte Energia), não havia a construção de um sistema de tratamento, eles querem abrir encanamento nas ruas e continuar jogando o esgoto no Xingu”, argumenta Barbosa. O Projeto Básico Ambiental (PBA) de Belo Monte prevê o tratamento de 100% do esgoto da zona urbana de Altamira. O cumprimento do PBA é a primeira condicionante que permitiu o início da construção da usina.

Com o futuro fechamento da barragem principal de Belo Monte, o esgoto despejado no rio deverá se acumular no reservatório de águas paradas que será formado em frente à cidade, comprometendo a qualidade da água do futuro reservatório.

A construção de um novo sistema de abastecimento de água potável e de 261 quilômetros de rede de esgoto, que deveria ter sido iniciada em julho de 2011, ainda não começou. O aterro sanitário de Altamira deveria ter sido entregue em julho do ano passado, mas um acordo entre a Norte Energia e o Ibama prorrogou o prazo para julho deste ano. Já a transferência do lixão deve ser finalizada até julho de 2014. A condicionante 2.10 da licença exige expressamente que esses prazos sejam respeitados, mas o último parecer do Ibama, responsável por fiscalizar Belo Monte, confirma que até agora nenhuma das obras foram implementadas.

“A cidade produz 155 toneladas de lixo por dia e o equipamento adquirido pela Norte Energia só é capaz de prensar 25% desse lixo”, completa Barbosa.

“Com 30% das obras concluídos e 16 meses depois de seu início, a imponência da obra contrasta com a impotência na implementação das condicionantes socioambientais, que afetam diretamente a qualidade de vida dos moradores da região”, diz André Villas-Bôas, secretário executivo do ISA.

O último relatório de prestação de contas da Norte Energia ao Ibama aponta a compra de duas áreas para alocar pessoas que serão obrigadas a sair de suas casas para a formação do reservatório. Em março, a reportagem do ISA visitou os terrenos e verificou que, há 16 meses do fim do prazo para o reassentamento, sua implantação ainda não começou. Uma das propriedades fica há menos de um quilômetro do lixão de Altamira. A Norte Energia terá que construir 365 casas por mês para cumprir o compromisso assumido na licença de instalação.

“Todas as 22 condicionantes acontecem paralelamente ao andamento das obras das barragens. E os prazos serão cumpridos não apenas porque temos essa obrigação, mas também porque entendemos que Belo Monte é diferente por oferecer condições concretas de desenvolvimento para a região”, disse Duílio Figueiredo, presidente da Norte Energia, em nota oficial.

“Não é justo uma obra tão importante para o Brasil não pensar na compensação da saúde, o hospital tinha que estar pronto”, declarou Ivo Cassol, em entrevista à Rádio Senado. A construção do novo hospital municipal da cidade é mais uma das condicionantes não cumpridas pela Norte Energia.

Os Munduruku só querem uma conversa pra valer

POR Raul Silva Telles do Valle / PUBLICADA EM 9 de maio de 2013.

Assistimos a mais uma ocupação do canteiro de obras da usina de Belo Monte, em Altamira (PA), a terceira apenas neste ano. Mas essa teve algo diferente das outras. Primeiro, foi liderada não por grupos de pessoas diretamente impactadas pela hidrelétrica, mas por indígenas Munduruku, que vivem na Bacia do Tapajós, próximo rio amazônico a ser interrompido por grandes barragens. Segundo, os manifestantes não estão chorando sobre o leite derramado, buscando migalhas de compensação para sobreviver até a próxima ocupação, mas lutam para que possam ter o direito de opinar sobre seu futuro.

Na Bacia do Tapajós está prevista, pelo Ministério de Minas e Energia e as grandes empreiteiras associadas, a construção de 14 grandes hidrelétricas. Embora o status oficial dessas usinas ainda seja “em estudos”, 10 entre 10 representantes do setor elétrico sabem que a maior delas, São Luiz do Tapajós, estará no leilão de energia a ser realizado no início de 2014. Os Munduruku, povo do Tapajós (no século XIX a região era conhecida como Munduruku), sabem que esse plano significa sua destruição enquanto povo. Mesmo que essas usinas sejam construídas no estilo “plataforma” e a fio d’água, como prometem os planejadores do setor elétrico, o Tapajós não será mais o Tapajós se for transformado numa sequência de 14 lagos. Toda a riquíssima vida aquática desse imenso rio tropical será severamente afetada, assim como já está acontecendo com o Rio Madeira e possivelmente ocorrerá com o Xingu.

Os Munduruku querem conversar sobre o assunto. Não querem assistir impassíveis seu destino ser definido numa prancheta de algum engenheiro ou na planilha de algum empresário. Acha-

-se no direito de discutir esse plano. Talvez porque vivam ali há séculos.

O governo federal, ante esse posicionamento, reage de forma ambígua. Enquanto uma parte lhes garante que quer ouvi-los antes de tomar qualquer decisão, outra parte viaja à Europa para vender as hidrelétricas, tidas como certas. Os índios acham que estão sendo enrolados. Não há como tirar-lhes a razão. Sobretudo sabendo que dentro do próprio governo naufragaram todas as tentativas de se fazer um planejamento socioambiental da expansão hidrelétrica sobre a bacia. Ante a perspectiva de ter que abrir mão de determinados aproveitamentos em prol da manutenção dos fluxos vitais da região, a velha guarda do setor elétrico, respaldada pela Presidência da República, decidiu que não queria mais brincar. Para ela, só vale fazer estudos e discussões se for para chegar à mesma conclusão a que previamente já tinha chegado.

Nesse contexto, os Munduruku estão endurecendo o jogo. Não se recusam a conversar, mas querem garantias de que essa conversa não será inútil, algo que seus interlocutores no governo não podem lhes dar. Atentos ao que acontece ao seu redor, sabem que encontros mal feitos podem ser tomados, para fins oficiais, como consultas realizadas, tal como ocorreu com Belo Monte.

O governo, por seu lado, demonstra insatisfação e está começando a tentar desqualificar o movimento, sugerindo que seus líderes querem, na verdade, manter suas atividades ilegais de garimpo no rio, que desapareceriam com a construção das hidrelétricas.

Antropólogos que conhecem os Munduruku, no entanto, refutam veementemente essa afirmação. Mesmo porque, se fosse por causa do dinhei-

ro, não faria sentido não sentar numa mesa de negociação, pois, isso sim, as empresas estão dispostas a discutir.

Portanto, embora não se possa dizer que os líderes do movimento em Belo Monte representem toda a nação Munduruku, pois ninguém os representa dessa forma, não há dúvidas de que a ação é legítima, sobretudo pelo que expressa. De que adiantará acampar no canteiro de obras de São Luiz do Tapajós para exigir migalhas? De que adianta gritar sozinho nas aldeias do Tapajós, se não há ninguém lá para escutá-los? Compreensível, portanto, decidir ocupar a menina dos olhos do governo federal e tentar mudar o destino que parece já estar traçado.

O que não faz sentido é a Secretaria Geral da Presidência alegar má fé dos índios por não querer conversar, enquanto o governo que ela integra continua seguindo adiante com o plano pré-estabelecido de esquarterar o Tapajós. A essa altura do campeonato, com todo o histórico que lhe precede, quem tem de demonstrar boa fé é o próprio governo. E isso passaria, por exemplo, pela retirada da hidrelétrica de São Luiz do PAC e do leilão de 2014, com a implementação de um plano alternativo para segurar a onda da demanda por eletricidade no período de discussão, o que poderia incluir, por que não, políticas mais eficazes de redução do desperdício, subsídios à microgeração descentralizada e moratória à instalação de novas atividades eletrointensivas no País. Poderia o Ministro Gilberto Carvalho garantir algo nessa linha?

Raul Silva Telles do Valle – Advogado, mestre em Direito Econômico pela USP e coordenador adjunto do Programa de Política e Direito do ISA.

POVO MUNDURUKU EM FRENTE
ATO NO CANTEIRO DE OBRAS DE
BELO MONTE | LETÍCIA LEITE (ISA)



Índios param canteiro de obras de Belo Monte e exigem ser ouvidos pelo governo

POR Letícia Leite / PUBLICADA EM 3 de maio de 2013.



No Escritório Central do Sítio Belo Monte, em Vitória do Xingu, dezenas de redes, roupas pelo gramado e mais de 100 índios pintados para a guerra: esse é o retrato hoje do canteiro de obras que funciona 24 horas. O sítio está ocupado desde ontem por índios Munduruku, Juruna, Kayapó, Xipaya, Kuruaya, Asurini, Parakanã e Arara, além de pescadores e ribeirinhos.

“O que nós queremos é simples: vocês precisam regulamentar a lei que regula a consulta prévia aos povos indígenas. Enquanto isso vocês precisam parar todas as obras e estudos”, diz a carta divulgada ontem pelos indígenas.

Além de pedir a suspensão das obras da hidrelétrica de Belo Monte, os índios exigem a suspensão de estudos relacionados às barragens nos rios Tapajós e Teles Pires e que

seja feita consulta aos povos da região antes de decidir sobre a construção do Complexo Tapajós, que prevê cinco hidrelétricas para essa bacia.

Os indígenas ali acampados reivindicam a suspensão das obras e a presença do governo federal para discutir principalmente o direito à consulta livre, prévia e informada, previsto na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), sobre decisões administrativas capazes de afetá-los, tais como a decisão de barrar os rios onde eles moram e dos quais dependem para sua subsistência física e cultural.

“Nós sabemos exatamente como queremos ser ouvidos e vamos ficar aqui [no canteiro] até que o governo nos escute e respeite o que diz a lei”, diz Cândido Munduruku, presidente da Associação Indígena Pussuru.

Enquanto os Muduruku reivindicam a regulamentação do direito de consulta livre, prévia e informada, para formalizar sua posição, a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), se recusa a participar das discussões referentes à regulamentação com o governo federal enquanto a Portaria no. 303/2012 da Advocacia Geral da União (AGU) não for revogada.

Em novembro de 2012, o juiz federal de Santarém reconheceu a ausência de consulta prévia com os indígenas atingidos pelas usinas planejadas para o Rio Tapajós e proibiu a concessão de licenças ambientais até que os indígenas fossem ouvidos.

“Destá vez a ocupação do canteiro não se faz para pressionar apenas a empresa Norte Energia S.A., concessionária de Belo Monte, mas também para exigir o respeito aos direitos indígenas por parte do governo federal, principal responsável pela UHE Belo Monte e pelas múltiplas barragens planejadas para a Bacia do Rio Tapajós”, afirma Biviany Rojas, advogada do ISA.

COMPLEXO DO TAPAJÓS TÃO POLÊMICO QUANTO BELO MONTE

Há menos de um mês, em uma ação inédita, a União enviou tropas militares para assegurar a sequência de estudos de impacto ambiental da usina São Luiz do Tapajós (PA). “Meus guerreiros já sofreram muito, agora chega! Vamos conversar e dizer que no Tapajós não tem barragem”, diz o cacique Arlindo Kabá da aldeia missão São Francisco.

A vinda de centenas de Munduruku, que viajaram mais de 24 horas para se unir aos indígenas da região do Xingu, sinaliza que o Complexo Tapajós, novo passo do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) para explorar o potencial hidrelétrico da Amazônia será tão polêmico quanto foi e é Belo Monte.

De acordo com a assessoria do Consórcio Construtor Belo Monte (CCBM), nenhum ato de violência ou dano ao patrimônio foi registrado até o momento. Mesmo assim, os trabalhos foram paralisados por motivos de segurança, tanto dos trabalhadores quanto dos manifestantes.

A ocupação é por tempo indeterminado ou até que representantes do governo federal atendam as reivindicações.

Ocupação indígena em Belo Monte (PA) continua

POR Letícia Leite / PUBLICADA EM 7 de maio de 2013.

Indígenas de diversas etnias – Munduruku, Juruna, Kaiapó, Xipaya, Kuruaya, Asurini, Parakanã, Arara, pescadores e ribeirinhos prosseguem com a ocupação iniciada na última quinta-feira (2/5), no local onde esta sendo construída a casa de força principal da usina de Belo Monte, a 50 km da cidade de Altamira-PA. Eles exigem ser ouvidos pelo governo. Entretanto, nesta segunda-feira (6/5), a Secretaria-Geral da Presidência da República informou em nota que não irá negociar e que o estabelecimento do diálogo está condicionado à saída dos coupantes do canteiro de obras.

MULHERES MUNDURUKU PARTICIPAM DA OCUPAÇÃO, MOBILIZADAS CONTRA AS HIDRELÉTRICAS NO RIO TAPAJÓS | LETÍCIA LEITE (ISA)



MOMENTO DE TENSÃO DURANTE A OCUPAÇÃO, INDÍGENAS ARMADO DE ARCO E FLECHA E POLICIAIS DA FORÇA NACIONAL ARMADOS COM FUSIS | LETÍCIA LEITE (ISA)



INDÍGENA MUNDURUKU EM FRENTE AO CANTEIRO DE OBRAS DE BELO MONTE NO QUINTO DIA DE OCUPAÇÃO | LETÍCIA LEITE (ISA)



Justiça entrega mandado de reintegração de posse de canteiro de Belo Monte

POR Letícia Leite / PUBLICADA EM 9 de maio de 2013.

Na manhã desta quinta-feira (9/5), lideranças Munduruku receberam o mandado que determina a reintegração de posse do canteiro de obras de Belo Monte ocupado desde o dia 2 de maio. O clima é tenso e todos aguardam a chegada da Procuradora do MPF que deverá acompanhar o processo

Os índios que ocupam o canteiro de obras de Belo Monte, em Vitória do Xingu, a 50 km de Altamira, no Pará, receberam nesta manhã o mandado de reintegração de posse das mãos de oficiais de Justiça. A decisão do TRF1 menciona que a reintegração pode ser feita com uso de força policial.

Também nesta quinta-feira, o MPF-PA divulgou nota em seu site em que afirma ter sido surpreendido pela ordem de despejo, já que as negociações entre as partes estavam em curso. “A Polícia Federal de Altamira se prepara para cumprila [a reintegração de posse] ainda hoje, mas a decisão pegou de surpresa os indígenas, o MPF e a Fundação Nacional do Índio, já que representantes do governo haviam estado no canteiro ontem negociando com os acampados”, diz a nota. Além disso, o MPF expressa preocupação no último parágrafo: “O MPF também está preocupado com a condução da operação de reintegração de posse, já que a chefe da PF em Altamira, responsável pelo relatório feito à Justiça, é casada com o advogado da Norte Energia S.A Felipe Callegaro Pereira

Fortes, autor do pedido de reintegração de posse. No agravo feito ao TRF1, o advogado chega a citar o relatório da PF, assinado pela sua esposa.”

Na terça-feira (7/5), por volta das 9h da manhã, Nilton Tubino, representante da Secretaria Geral da Presidência da República, esteve no canteiro de obras e entregou às lideranças uma carta assinada pelo ministro Gilberto Carvalho, com a primeira proposta de negociação para a desocupação.

A carta do governo veio em resposta ao documento protocolado no Ministério Público Federal de Altamira pelos índios um dia antes (6/5), no qual pediam a suspensão das obras da hidrelétrica de Belo Monte e dos estudos relacionados às barragens nos rios Tapajós e Teles Pires até que seja regulamentada a consulta aos povos destas regiões. A carta de Carvalho veio endereçada apenas às lideranças Munduruku e não considera o pedido de consulta prévia sobre as ações que afetem o Rio Xingu.

Depois de entregar o documento, Tubino aguardou a resposta na portaria do canteiro de obras. No fim da tarde, os indígenas foram ao seu encontro entoando cânticos Munduruku e uma criança lhe entregou carta endereçada ao ministro Gilberto Carvalho. No texto, os indígenas comunicavam que estavam abertos ao diálogo e iriam analisar a proposta em conjunto com os advogados para então responder.

CRIANÇA MUNDURUKU ENTREGA CARTA DOS INDÍGENAS NAS MÃOS DE NILTON TUBINO, REPRESENTANTE DO GOVERNO FEDERAL | LETÍCIA LEITE (ISA)



“NÓS FICAMOS ESPERANDO O GOVERNO PRA CONVERSAR E ELE NÃO VEIO, SÓ MANDOU ENCARREGADO QUE NÃO DECIDE NADA, SÓ MANDOU POLÍCIA”, DISSE A LIDERANÇA MUNDURUKU | LETÍCIA LEITE (ISA)



Índios desocupam o canteiro de obras da UHE de Belo Monte e permanecem em Altamira

POR Letícia Leite / PUBLICADA EM 10 de maio de 2013.

Mais de 100 índios Munduruku e de outras etnias do Médio Xingu estão alojados em uma igreja de Altamira desde a noite de ontem (9/5). E ali pretendem ficar até decidir sobre a proposta do ministro da Secretaria Geral da Presidência, Gilberto Carvalho, enviada por carta ao canteiro de obras

A carta que chegou aos índios na terça-feira (7/5) propõe um cronograma reuniões em Brasília (DF) e Jacareacanga (PA). Depois de sete dias, os índios deixaram o canteiro de obras nesta quinta-feira (9/5), por volta das 20h. Caminhando e entoando cânticos Munduruku, eles cruzaram a cancela do canteiro por, sem nenhum acordo sobre a consulta indígena às comunidades afetadas pela usi-

na de Belo Monte e por outras hidrelétricas que o governo federal pretende construir na Bacia do Rio Tapajós – pauta que motivou a ocupação. “Nós saímos daqui sem acordo nenhum. Nossas reivindicação não foram atendidas ainda, o governo não deu nenhuma resposta concreta pra gente [...] estamos saindo daqui porque há uma decisão judicial”, disse Valdenir Mundurku, depois de deixar o canteiro.

Ministro admite erros na condução da política indigenista do governo

POR Oswaldo Braga / PUBLICADA EM 5 de junho de 2013.

Gilberto Carvalho admite falhas em meio a protestos e ocupações. Na Semana do Meio Ambiente, lideranças indígenas criticam projetos de hidrelétricas e políticas que deveriam prevenir e mitigar impactos

O ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República e principal interlocutor do governo para os movimentos sociais, Gilberto Carvalho, admitiu ontem uma série de falhas da política indigenista da presidenta Dilma Rousseff.

“Não temos medo de dizer que erramos em muitas coisas lá em Belo Monte”, afirmou. Ele reconheceu que as audiências realizadas antes do início da construção da hidrelétrica, que está sendo construída em Altamira (PA), não obedeceram ao modelo de consulta disposto na lei.

A ausência de consulta à população indígena e ribeirinha afetada, segundo o previsto na Constituição e na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), é um dos alvos das ações do Ministério Público Federal e das críticas do movimento indígena e da sociedade civil contra o projeto.

Carvalho reconheceu que o cumprimento das condicionantes ambientais da usina está atrasado e informou que representantes do governo tiveram uma reunião “dura” com a direção da empresa responsável pelo empreendimento, a Norte Energia, para exigir o cumprimento das condicionantes.

As condicionantes são medidas para evitar ou compensar os impactos socioambientais da usina. Grande parte delas continua no papel, embora devesse ter sido implementada desde antes do começo da obra.

O ministro também admitiu erros do governo e da Polícia Federal em operações para desocupação de uma fazenda, em Sidrolândia (MS), na quinta (30/5), e a desativação de garimpos clandestinos, na Terra Indígena (TI) Munduruku (PA/

MT), em novembro. As ações resultaram na morte de um índio terena e um Munduruku.

As declarações foram feitas numa reunião com 140 índios Munduruku, Xipaya, Kayapó, arara e tupinambá, em Brasília, ontem. O encontro foi uma exigência dos índios para sair do canteiro principal de Belo Monte, ocupado há oito dias. Foi a segunda ocupação comandada pelos Munduruku em menos de um mês.

Eles reivindicam a paralisação da obra e dos estudos para a construção de hidrelétricas na Bacia do Tapajós, no sudoeste do Pará, até que sejam ouvidos sobre elas. Muitas lideranças não admitem a implantação de nenhum empreendimento.

Ontem, um índio terena foi baleado pelas costas em outra fazenda ocupada, também em Sidrolândia. Ele teria sido atacado por pistoleiros.

PROTESTOS E OCUPAÇÕES

Gilberto Carvalho reconheceu as falhas no momento em que os índios realizam uma série de protestos e ocupações no Mato Grosso do Sul, Paraná e Rio Grande do Sul contra a determinação do Planalto de paralisar as demarcações de TIs e tirar poderes da Fundação Nacional do Índio.

O governo reforçou o efetivo da Força Nacional em Belo Monte e enviou outro contingente à Sidrolândia para impedir novas ocupações e conflitos.

Na reunião em Brasília, os indígenas condenaram duramente a atuação da polícia nas TIs e as políticas do governo de educação e saúde para as comunidades indígenas.

“O governo diz que quer diálogo com os povos indígenas. Não entendo qual o diálogo do governo, mandando a PF para nossa região. É um diálogo forçado, com armas sobre nossas cabeças. Para nós, isso não é diálogo. É ameaça!”, criticou Valdenir Munduruku.

HIDRELÉTRICAS NO TAPAJÓS

Gilberto Carvalho propôs aos Munduruku realizar uma reunião com representantes do governo, num prazo mínimo de 20 dias, para discutir quais serão os procedimentos para a consulta sobre as hidrelétricas no Tapajós. Os índios ficaram de dar uma resposta.

Os Munduruku admitem participar das oitivas, mas insistem em ter o direito de influenciar na decisão sobre quais usinas devem ou não ser construídas. As lideranças munduruku avaliam que, sem essa prerrogativa, as consultas servirão apenas para legitimar a decisão, já tomada, de construir as hidrelétricas.

As condicionantes são medidas para evitar ou compensar os impactos socioambientais da usina. Grande parte delas continua no papel, embora devesse ter sido implementada desde antes do começo da obra



À DIREITA, FRANCENIDO ROCHA, QUE FALECEU POR FALTA DE ATENDIMENTO MÉDICO | MARCELO SALAZAR (ISA)

Ilha da exclusão: 200 famílias extrativistas no Pará vivem isoladas sem acesso a serviços básicos de saúde

POR Letícia Leite / PUBLICADA EM 4 de abril de 2013.

Cerca de mil extrativistas da Terra do Meio, no município de Altamira, no centro do Pará, dispersos em mais de dois milhões de hectares de Reservas Extrativistas (Resex), vivem sem serviço público de saúde. Os pedidos de resgate de emergência são feitos por rádio e só em horário comercial. O hospital público mais próximo, em Altamira, fica a uma distância que pode chegar a quatro dias de barco.

A prefeitura da cidade está sem condições de lidar com o aumento da demanda extra no sistema de saúde com a vinda de 50 mil novos moradores atraídos pela construção da hidrelétrica de Belo Monte, deixando os extrativistas, que vivem no município, ainda mais vulneráveis, sem a atenção mínima necessária. Este é o cenário em que vivem as pessoas responsáveis por conservar a floresta numa região que é palco de um dos maiores conflitos fundiários do Brasil.

Antônio Rocha, o “Tonheira”, e toda família estavam coletando açaí e pataúá na floresta. Um dos irmãos, Valdeci, 19

anos, foi picado por uma cobra. “Quando ele desceu do pé de pataúá sentiu a picada”, conta Lindomar Rocha, irmão mais velho. O pai carregava apenas uma dose do elixir conhecido por “específico pessoa.” O filho ingeriu-o imediatamente. A substância é usada pela população regional na ausência do soro antiofídico.

No caminho de volta, outro acidente: Francenildo, 13 anos, foi picado por um escorpião. “Já não tinha mais o que fazer, nós só tínhamos uma dose do específico”, lamenta o irmão mais velho, que viu Francenildo morrer no mesmo dia.

A família mora na Resex Riozinho do Anfrísio e vive da extração e comercialização de óleos da floresta, da produção de canoas, remos e cestos, pesca, castanha e outros produtos.

A Terra do Meio é uma das regiões mais importantes para conservação da diversidade socioambiental da bacia do Xingu. Cerca de 90% de seu território ainda estão bem

VACINAÇÃO NA RESEX DO
RIO IRIRI (PA) | MARCELO
SALAZAR (ISA)



conservados graças às populações ribeirinhas e indígenas que vivem ali há gerações, usando de conhecimentos tradicionais para extrair da floresta tudo o que a floresta é capaz de recompor.

Valdeci recebeu alta, nesta terça-feira, do hospital municipal de Altamira. O jovem recebeu atendimento depois de uma complexa operação de resgate, que durou toda a sexta-feira santa e envolveu o Ministério Público Federal (MPF), ISA, Secretaria de Saúde de Altamira e Polícia Militar.

A procuradora do MPF Thais Santi visitava a região para verificar justamente a situação de saúde e educação local. Na manhã de sexta-feira (30), ela conseguiu, por sorte, comunicação com um operador de rádio em Altamira e a liberação de um helicóptero da polícia militar, que buscou o adolescente em uma Terra Indígena (TI) próxima.

UNIDADES DE SAÚDE NÃO FUNCIONAM

Nos últimos anos, o ISA, a partir da demanda da comunidade e de termo de cooperação assinado com a prefeitura, captou recursos por meio de projeto com o Fundo Vale e construiu três Unidades Básicas de Saúde (UBSs) nas Resex do Rio Iriri, Rio Xingu e Riozinho do Anfrísio. Segundo o acordo, o município é responsável pelo funcionamento das unidades e contratação de técnicos de enfermagem. “No ano passado a prefeitura até recebeu currículos indicados pelas comunidades de técnicos de enfermagem, mas, no fim, não foram contratados e aí mudou a prefeitura e começamos tudo de novo” diz Raimundo Belmiro, presidente da Associação de Moradores da

O Secretário de Saúde de Altamira, Waldeci Maia, atribui a dificuldade em contratar os três enfermeiros à construção de Belo Monte. Segundo ele, muitos profissionais foram ab-



sorvidos pela obra. “É difícil encontrar profissionais qualificados e dispostos a morar em áreas isoladas, além disso, a prefeitura não consegue competir com os salários pagos pela Norte Energia”, explica.

“Estou elaborando uma recomendação para as secretarias pedindo que as unidades que estão prontas nas RESEX sejam instrumentalizadas imediatamente e essas populações parem de ser brutalmente violentadas pela ausência de serviços públicos de saúde. Caso contrário, vamos partir para a esfera criminal”, relata Thais Santi.

“UBSs implantadas com técnicos de enfermagem são elementos importantes, mas são necessários outros investimentos aliados a isso para garantir o mínimo de condições para atenção à saúde dessas populações” diz Marcelo Salazar, coordenador adjunto do Programa Xingu do ISA.

“Mortes por picadas de cobras, malária e câncer de colo de útero são frequentes na região e podem ser evitadas com uma estrutura simplificada de saúde”

Em 2012, foi aprovado no comitê gestor do Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável (PDRS) do Xingu um projeto da prefeitura de Altamira para construção de duas novas UBSs e recursos para logística de técnicos de enfermagem e resgate, além de recursos para formação de extrativistas na área de saúde. O projeto é orçado em R\$ 470 mil e está pronto para ser executado. Com um projeto da Associação de Moradores do Riozinho do Anfrísio, aprovado pelo PDRS em 2012 e já executado, foram compradas três voadeiras (barcos rápidos) para uso em casos de emergência nas Resex.

Em 2010, na impossibilidade de lidar com a complexidade da promoção da saúde para essa população, a prefeitura de Altamira obteve recursos do Programa de Compensação de Especificidades Regionais do Ministério da Saúde para, a cada três ou quatro meses, fazer resgates e enviar expedições com equipes de saúde.

SUBSISTEMA DE SAÚDE

“Mortes por picadas de cobras, malária e câncer de colo de útero são frequentes na região e podem ser evitadas com uma estrutura simplificada de saúde”, explica o médico Douglas Rodrigues, que elaborou um diagnóstico de saúde nas Resex.

Um plano de ação foi elaborado a partir do diagnóstico, juntamente com técnicos da prefeitura e lideranças das comunidades locais. Ele sugere compra de voadeiras, contratação de horas de voo para resgate, técnicos de enfermagem, enfermeiros, dentistas e outros profissionais, além da aquisição de equipamentos para funcionamento das UBS que já estão prontas. O diagnóstico sugere ainda a capacitação para a formação de agentes de saúde locais.

Para Rodrigues, contratar profissionais que permaneçam por muitos anos nessas regiões é uma tarefa quase impossível de ser conseguida. Ele acredita que, no médio prazo, é possível treinar a própria população local para promover a saúde. “Treinando agentes, nós precisaríamos de apenas três enfermeiros (ou seis em rodízio, ficando três meses no posto de saúde e três meses em Altamira), um dentista, um médico e um enfermeiro realizando expedições a cada três meses em cada região”, sugere o médico.

“Esse subsistema deve considerar as características da região, a situação de isolamento, o perfil das endemias regionais e as características culturais dessas populações extrativistas, como já acontece com os povos indígenas”, defende André Villas-Bôas, secretário executivo do ISA.

Ibama aponta irregularidades graves no cumprimento de condicionantes de Belo Monte e não pune Norte Energia

POR ISA, Instituto Socioambiental / PUBLICADA EM 18 de fevereiro de 2013.

Do total de condicionantes socioambientais que a Norte Energia, empresa responsável pela construção da usina, deveria ter cumprido por conta da construção da hidrelétrica de Belo Monte apenas 19% delas foram cumpridas, de acordo com informações do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama). Os dados foram publicados no site do órgão em 30 de janeiro de 2013. Um dia antes, (29/1) o órgão ambiental notificou a Norte Energia.

O parecer técnico divulgado pelo Ibama é a análise do 2º Relatório Semestral de Andamento do Projeto Básico Ambiental (PBA) e das Condicionantes da Licença de Instalação 795/2011, da Usina Hidrelétrica Belo Monte, que está sendo construída no Rio Xingu, no Pará. As 128 páginas analisam detalhadamente o relatório entregue ao órgão licenciador pela Norte Energia há seis meses.

As recomendações do Ibama mostraram-se lenientes com os atrasos da Norte Energia, responsável pela obra, na implantação do Projeto Básico Ambiental (PBA) e demais condicionantes ambientais para a construção da usina, ao apontar irregularidades graves em seu cumprimento e não punir a empresa.

Dentre os principais problemas listados pelo órgão ao analisar o relatório da empresa estão: significativos atrasos no cronograma das obras de saneamento básico e de infraestrutura urbana das cidades de Altamira, Vitória do Xingu e dos sítios Belo Monte e Belo Monte do Pontal; atraso na conclusão do Cadastro Socioeconômico, que garante os direitos da população diretamente atingida e o total descumprimento quanto à obrigação de informar o destino da madeira extraída durante a obra. Em vistoria realizada em novembro de 2012, o Ibama encontrou um acúmulo imenso de madeira sem a realização da medição das toras no momento correto (romaneio), indevidamente armazenada, podendo apodrecer nos canteiros e pontos de estocagem.

ATRASOS E RAMAL IRREGULAR

O parecer do Ibama, apesar de reconhecer a gravidade dos danos ambientais derivadas do descumprimento do Plano de Supressão e das Autorizações de Supressão de Vegetação emitidas pelo órgão, não determina a autuação do empreendedor para imposição de multa ou suspensão total (ou de trechos) da obra com o objetivo de corrigir as irregularidades identificadas durante a fiscalização.

Além dos atrasos dos cronogramas de obras socioambientais, o parecer relata que o Consórcio Construtor Belo Monte (CCBM) construiu um Ramal de Derivação (RD) irregular, levando eletri-

“A eficiência que se verifica na execução do cronograma da obra não se reflete na execução das condicionantes sociais, ambientais e econômicas assumidas pela Norte Energia”

cidade da região ao canteiro de obras. O novo RD representa o descumprimento da exigência expressa da condicionante 2.4 da Licença de Instalação (LI), que mantinha bloqueada a construção do ramal até a autorização explícita do órgão licenciador. A Norte Energia omitiu essa informação ao Ibama nos relatórios já entregues, incluindo este último, de 31 de janeiro de 2013.

A condescendência do Ibama com a Norte Energia neste segundo parecer contrasta com a imposição da multa de R\$ 7 milhões que infligiu à empresa um ano antes, em fevereiro de 2012, quando divulgou o primeiro parecer sobre as condicionantes ambientais para a instalação da usina. Agora, o Ibama apenas notificou a empresa.

As irregularidades identificadas pelo órgão ambiental no último relatório eram semelhantes às constatadas no primeiro parecer, que em sua conclusão determina a imposição de multa ao empreendedor.

CONDICIONANTES INDÍGENAS

Em dezembro de 2012, a Funai manifestou publicamente, em resposta a um requerimento de informação feito pelo ISA, a existência de atrasos significativos no atendimento de condicionantes e na implantação do PBA, que ainda não tinha sido contratado em dezembro de 2012. Mas não encaminhou parecer oficial ao Ibama sobre atendimento de condicionantes e implantação do PBA indígena.

“A eficiência que se verifica na execução do cronograma da obra não se reflete na execução das condicionantes sociais, ambientais e econômicas assumidas pela Norte Energia, quando arrematou Belo Monte no leilão promovido pelo governo em março de 2010. O descompasso aumenta de forma extremamente preocupante, degradando de forma crescente as condições de vida na região. Aliado a este descompasso, o poder público parece não ter pulso para enfrentar a questão”, avalia o secretário executivo do ISA, André Villas-Bôas.

Conselho Estadual do Meio Ambiente do Pará ignora denúncias de ilegalidade e vota por mineração

Só Ministério Público Estadual se posicionou contra o empreendimento. Decisão do licenciamento agora está nas mãos do Secretário do Meio Ambiente

POR Letícia Leite / PUBLICADA EM 2 de dezembro de 2013.

Dos 12 membros do Conselho Estadual do Meio Ambiente (Coema) do Estado do Pará, nove votaram a favor do projeto de mineração Volta Grande, vizinho da usina hidrelétrica de Belo Monte, no Rio Xingu. Somente o Ministério Público Estadual se posicionou contra o empreendimento.

A votação ocorreu na manhã desta segunda-feira (2/12), na sede da Secretaria do Meio Ambiente do Pará (Sema-PA). A decisão do Coema é etapa necessária, mas não suficiente, para que o projeto de mineração consiga autorização ambiental.

Depois de ouvir o conselho, a decisão do licenciamento agora está nas mãos do Secretário do Meio Ambiente do Pará, José Collares. “O órgão licenciador (Sema-PA) optou em deixar para depois os estudos de impacto indígena, a saúde da população com os estudos sobre a malária e a resolução sobre o empreendimento estar sob Florestas Públicas Federais, contrapondo a legislação ambiental”, criticou a promotora do Ministério Público Estadual, Eliane Moreira. Diante da irregularidade da decisão, a promotora afirmou que vai encaminhar a votação do Coema à Procuradoria Geral de Justiça, para que o órgão intervenha.

A mina está prevista para ser instalada no município paraense de Senador José Porfírio (PA), a menos de 20 km da barragem de Belo Monte, e pretende ser o maior projeto de exploração de ouro do País. A iniciativa é da empresa Belo Sun, do grupo canadense Forbes&Manhattan, e pretende extrair, em 12 anos, 50 toneladas de ouro com um faturamento de R\$ 550 milhões por ano.

“Não é um quilômetro a mais ou a menos que define se os índios serão prejudicados. Seria uma temeridade por parte da Sema emitir uma licença com base neste argumento, num contexto de controvérsia judicial e ausência de estudos”

JUSTIÇA TINHA SUSPENDIDO O LICENCIAMENTO

Em 21 de novembro último, a Justiça Federal do Pará havia suspenso o licenciamento até que fosse realizado Estudo de Impacto Ambiental sobre os danos que podem sofrer os povos indígenas que moram no entorno do empreendimento, exatamente na região mais impactada pela usina de Belo Monte, a denominada Volta Grande do Xingu. A decisão do juiz de Altamira acatava um pedido do Ministério Público Federal.

Cinco dias depois, o desembargador do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, Jirair Meguerian, suspendeu a decisão da Justiça do Pará sob o argumento de que o empreendimento está localizado a uma distância de 12 km da Terra Indígena Paquicamba e não a 10 km, como alegado pelo MPF. O desembargador também usou como argumento possíveis danos ao empreendedor se a decisão não fosse suspensa. “A reunião extraordinária do Coema para a conclusão da votação da concessão da Licença Prévia está marcada para a próxima segunda-feira, dia 02/12/2013, isso sem falar nos prejuízos decorrentes da paralisação do empreendimento e dos vultosos recursos despendidos até então”, diz o trecho da decisão que permitiu a volta do licenciamento.

RISCOS PARA OS ÍNDIOS

Em janeiro, o ISA já havia enviado um parecer técnico à Sema pedindo declaração de inviabilidade ambiental da obra. A análise chama atenção para os riscos do projeto, que terá que utilizar imensa quantidade de cianeto, material altamente tóxico, e formar uma montanha de materiais quimicamente ativos com um volume equivalente a duas vezes o morro do Pão-de-Açúcar (RJ), que deverá ficar às margens do Xingu para sempre.

Para o desembargador, o fato de a distância ao empreendimento ser, em tese, maior que 10 km, que seria a distância em que a lei pressupõe a existência de impactos para atividades de mineração, é suficiente para que a licença seja dada.

“Não é um quilômetro a mais ou a menos que define se os índios serão prejudicados. Seria uma temeridade por parte da Sema emitir uma licença com base neste argumento, num contexto de controvérsia judicial e ausência de estudos”, alerta o advogado do ISA, Leonardo Amorim.

O Secretário de Meio Ambiente do Pará deverá analisar os argumentos expostos pelo MPE contra a concessão da Licença Prévia e decidir se existem elementos suficientes para atestar a viabilidade ambiental da mineradora.



Justiça manda suspender o licenciamento da Belo Sun Mineração

POR ISA / PUBLICADA EM 21 de novembro de 2013.

A Justiça Federal em Altamira (PA) determinou a paralisação do processo de licenciamento ambiental do projeto de mineração de ouro da empresa canadense Belo Sun, em Senador José Porfírio (PA), previsto para ser implantado a cerca de 10 km da barragem da hidrelétrica de Belo Monte.

A decisão atende ao pedido do Ministério Público Federal (MPF) em Ação Civil Pública ingressada no dia 13 de novembro contra a Belo Sun e o Estado do Pará, que licencia o projeto. O MPF solicitou a suspensão do licenciamento até a realização do Estudo de Impacto Ambiental, “ressalvada a participação dos indígenas, nos termos da Convenção 169 da [Organização Internacional do Trabalho] OIT.” A convenção determina que qualquer medida que afete Terras Indígenas seja precedida de consulta às populações afetadas.

O juiz Sérgio Wolney entendeu em sua decisão liminar que “a condução do licenciamento ambiental do multicitado empreendimento sem a necessária e prévia análise do componente indígena, circunstância confirmada pelos elementos carreados para os presentes autos, demonstra grave

violação à legislação ambiental e aos direitos indígenas, razão pela qual constato, in casu, a presença de plausibilidade do direito invocado.”

Wolney também considerou em sua decisão “a irreversibilidade dos impactos da obra sobre os povos indígenas e seus territórios.” Para o magistrado, é “fato incontroverso” que a instalação do empreendimento “em sinergia com a UHE Belo Monte poderá causar interferência direta no mínimo existencial-ecológico das comunidades indígenas, com possíveis impactos negativos e irreversíveis para sua qualidade de vida e patrimônio cultural.”

O Projeto Volta Grande pretende ser a maior mina de exploração de ouro do país. A Área de Influência Direta do projeto se encontra a apenas 9,5 km da Terra Indígena Paquicamba. No último dia 18, o Conselho Estadual de Meio Ambiente do Pará (Coema) reuniu-se para emitir parecer sobre a concessão da Licença Prévia do projeto, mas o Ministério Público Estadual pediu vistas do licenciamento. A reunião seguinte do conselho, em que se realizaria a votação do Coema sobre o caso, estava marcada para o dia 02 de dezembro.

Organizações da sociedade civil se mobilizam contra licenciamento de mineradora no Xingu

POR Letícia Leite / PUBLICADA EM 8 de outubro de 2013.

Apouco mais de 10 km da usina de Belo Monte, o maior projeto de mineração de ouro do Brasil, da empresa canadense Belo Sun, está prestes a receber licença ambiental.

Mais de 40 organizações do Brasil, Canadá, Estados Unidos e Europa que atuam na defesa do meio ambiente e dos direitos humanos iniciaram uma campanha pública no site da Avaaz, nesta semana, para arrecadar assinaturas contra o licenciamento do projeto da Belo Sun. As organizações também publicaram uma carta alertando para os riscos socioambientais e irregularidades do licenciamento.

O chamado “Projeto Volta Grande” fica no Rio Xingu, em um trecho logo abaixo da barragem de Belo Monte. A Belo Sun pertence ao grupo canadense Forbes e Manhattan e aguarda a licença da Secretaria de Meio Ambiente do Estado do Pará (Sema-PA) para iniciar a obra.

O Instituto Socioambiental (ISA) assina a carta. Em janeiro, uma análise técnica do ISA foi enviada à Sema com um alerta sobre os impactos cumulativos de Belo Sun e Belo Monte, podendo gerar graves riscos socioambientais à região.

O Ministério Público Federal identificou várias irregularidades no licenciamento e recomendou à Secretaria Estadual do Meio Ambiente (Sema) em setembro de 2013 que não dê licença ao projeto.

TRECHO DA CARTA PÚBLICA: BELO SUN NÃO!

“As organizações que abaixo assinam essa carta vêm a público se manifestar contra a iminente liberação da licença ambiental do projeto de mineração da canadense Belo Sun...

Para explorar o ouro, o projeto terá que utilizar imensa quantidade de cianeto, material altamente tóxico, e formar uma montanha de materiais quimicamente ativos, com um volume equivalente a duas vezes o morro do Pão-de-Açúcar, que deverá ficar às margens do Xingu como um passivo ambiental eterno. Há várias Terras Indígenas e uma área de índios isolados a poucos quilômetros do empreendimento. Duas Terras Indígenas estão a apenas 10 quilômetros de distância...

Não é possível admitir mais um ato de desrespeito à legalidade socioambiental na Amazônia. O interesse privado dos investidores da Belo Sun não pode se impor frente à vida e à segurança das populações tradicionais e urbanas do Xingu! “



Veja o vídeo **BELO SUN NÃO SOBRE OS IMPACTOS**

<http://isa.to/1fhtv7n>

Assine a petição **CONTRA O LICENCIAMENTO**

<http://isa.to/1fhthNA>





FAIXA COMUNICA AOS MORADORES DA COMUNIDADE RESSACA QUE ESTUDOS DE IMPACTO AMBIENTAL JÁ ESTÃO FEITOS NA REGIÃO | LETÍCIA LEITE (ISA)

Projeto de mineração ao lado de Belo Monte está prestes a receber licença ambiental

POR ISA / PUBLICADA EM 12 de julho de 2013.

A pesar de ausência de manifestação conclusiva da Fundação Nacional do Índio (Funai), o projeto da Belo Sun, maior planta de mineração de ouro a céu aberto do país, já possui “minuta de Licença Prévia.”

Segundo informações do site de acompanhamento de processos de licenciamento ambiental da Secretaria de Meio Ambiente do Pará (Sema-PA), no dia 10/7, foi encaminhada minuta da licença prévia e o parecer técnico de análise da viabilidade socioambiental à consultoria jurídica do órgão do Projeto Volta Grande, no Rio Xingu.

O parecer técnico deve analisar os documentos juntados ao processo pela empresa de mineração canadense Belo Sun, após exigências da Funai e do Ministério Público Federal (MPF), acatadas pela Sema, de complementação e correção do Estudo de Impacto Ambiental (EIA), apresentado em 2012 pela empresa. Tais complementações envolvem a realização de estudos antropológicos para diagnóstico dos impactos aos povos indígenas, a análise dos impactos sinérgicos com a hidrelétrica Belo Monte, cuja barragem está a 10 km do projeto, e outros problemas e omissões técnicas.

Várias dessas questões foram analisadas em manifestação apresentada pelo ISA, em janeiro de 2013, como decorrência da audiência pública realizada na Vila da Ressaca,

comunidade com 800 habitantes que terá de ser realocada caso o projeto seja licenciado. O documento sustenta que, mesmo com a realização de estudos complementares, o projeto, hoje, é socioambientalmente inviável, já que o ambiente de implantação e operação do empreendimento será alterado de maneira imprevisível, segundo o próprio Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (Ibama), após o início da operação da usina, o que impede uma previsão adequada dos impactos e das medidas de mitigação necessárias para diminuí-los.

“A complementação dos estudos ambientais em pontos tão sensíveis deve obrigar a realização de nova audiência pública, para apresentar às comunidades afetadas os impactos que realmente irão sofrer”, afirma Leonardo Amorim, advogado do ISA. “A questão indígena é especialmente importante, pois os impactos sobre os índios foram completamente ignorados no EIA original, o que torna incompletos os dados sobre os impactos negativos apresentados nas audiências anteriores.”

O ISA tentou ter acesso ao licenciamento em solicitação formal apresentada à Sema, em maio, mas não teve acesso ao processo, sob a alegação de que a diretoria responsável não teve tempo de analisar o pedido.

ISA solicita declaração de inviabilidade de projeto de mineração na região do Xingu

POR ISA / PUBLICADA EM 25 de janeiro de 2013.

Na última quarta-feira (23), o Instituto Socioambiental protocolou parecer técnico junto à Secretaria do Meio Ambiente do Pará solicitando a declaração da inviabilidade do projeto da mineradora Belo Sun, de instalar mineração de ouro na região da Volta Grande do Rio Xingu. O documento explica porque a área onde o Rio Xingu terá significativa redução da vazão não pode ter, além da terceira maior hidrelétrica do mundo, outro mega empreendimento licenciado

O documento foi encaminhado pelo ISA à Secretaria do Meio Ambiente (Sema) do Pará e solicita que o órgão suspenda o processo de licenciamento do projeto da mineradora canadense Belo Sun. Além disso, também pede que caso a Sema prossiga o processo, o Ministério Público Federal solicite sua federalização, já que há afetação direta aos povos indígenas da região. “O EIA apresentado é defeituoso, mas independentemente da qualidade do estudo, ele não tem como realizar uma avaliação tecnicamente embasada a respeito dos impactos sobre o meio, dada a grande transformação pela qual a Volta Grande deverá passar. Por isso, esperamos que a própria Sema conclua pela inviabilidade socioambiental do projeto”, afirma o advogado Leonardo Amorim, do ISA.

Duas audiências públicas para discutir a implantação do Projeto Volta Grande já foram realizadas no município de Senador José Porfírio, onde será explorada a jazida. Os encontros foram marcados pela Secretaria do Meio Ambiente (Sema) do Pará e a empresa canadense Belo Sun Mining, que pretende instalar na Volta Grande o programa de exploração de ouro.

O Instituto Socioambiental analisou os documentos de licenciamento do projeto e destaca dois principais problemas: a desconsideração das alterações ambientais provocadas por Belo Monte exatamente na área na qual se pretende instalar a mineradora, e a insuficiência da análise de

impactos sobre os povos indígenas da região. “A população da Volta Grande do Xingu já convive hoje com as incertezas sobre os impactos da vazão reduzida do rio, fruto da construção de Belo Monte. Não é possível que, além disso, eles tenham que conviver com a instalação de uma grande mineradora e com o risco iminente de qualquer acidente de contaminação em um ambiente já fragilizado”, questiona a advogada Biviany Rojas, do ISA.

O parecer elaborado pelo ISA alerta que é impossível realizar previsão de impactos do projeto de mineração em meio a um ambiente que não se sabe como vai se comportar no futuro próximo. Nem a Norte Energia, nem os afetados (como índios e pescadores), nem os especialistas e os órgãos públicos responsáveis sabem quais serão os impactos exatos de Belo Monte na área da Volta Grande.

A mineradora Belo Sun submeteu seus estudos com a pretensão de instalar o empreendimento a aproximadamente 10 km de distância da barragem principal de Belo Monte e a 9,5 km da Terra Indígena (TI) Paquicamba. Em 11 anos de exploração, a Belo Sun deve revirar 37,80 milhões de toneladas de minério.

IMPACTOS SOBRE TIS SERÃO DIRETOS

Para executar o projeto, a empresa encaminhou o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) à Secretaria Estadual do Meio Ambiente do Pará em fevereiro do ano passado. Segundo o estudo, o projeto não teria impacto relevante no leito do Rio Xingu e nem impactos diretos sobre os povos indígenas da TI Paquicamba e da TI Arara da Volta Grande.

Mesmo estando localizada na mesma região que a hidrelétrica de Belo Monte, e com evidentes impactos cumulativos e sinérgicos, o projeto de mineração está sendo licenciado pela Sema, o órgão ambiental estadual, enquanto a hidrelétrica é licenciada pelo Ibama, o órgão ambiental federal. “Empreendimento que afeta terras indígenas deve ser licenciado pelo Ibama. Isso é ainda mais necessário quando o novo empreendimento, de alto impacto, tem interações diretas com a obra que alterará completamente as condições do meio”, avalia o advogado do ISA, Leonardo Amorim.

Para o advogado Raul do Valle, coordenador do Programa de Política e Direito Socioambiental do ISA, o impacto nas Terras Indígenas (TIs) é direto. “É claro que há impacto, como acontece em Belo Monte. E ocorrerá não só porque o local de escavação é próximo às TIs onde haverá forte mobilização de homens e máquinas, mas, sobretudo, porque essas terras já vão sofrer com a limitação dos recursos hídricos após a construção da barragem”, afirma Valle.

O parecer elaborado pelo ISA alerta que é impossível realizar previsão de impactos do projeto de mineração em meio a um ambiente que não se sabe como vai se comportar no futuro próximo

VOLTA GRANDE DO XINGU – LOCALIZAÇÃO DO PROJETO BELO SUN E ROTAS DE NAVEGAÇÃO INDÍGENA



Fontes: EIA/RIMA Belo Monte, EIA/RIMA Belo Sun, IBGE, FUNAI



Realizado pelo Laboratório de Geoprocessamento do ISA/Altamira, Janeiro 2013

ABAIXO: CACIQUE RAONI OBSERVA AS FOTOS HISTÓRICAS DE SEU POVO MEBENGOKRÊ | MARCELO SALAZAR (ISA); AO LADO: RAONI METUKTIRE CUMPRIMENTA A JOVEM LIDERANÇA INDÍGENA JUMA XIPAYA | MARCELO SALAZAR (ISA)



AO LADO: DA ESQ. PARA A DIREITA, CACIQUE SADEA JURUNA, CACIQUE ARITANA YAWALAPITI, EDUARDO VIVEIROS DE CASTRO, PHILIP FEARNside, MICHAEL HECKENBERG E ANTÔNIO GUERREIRO | MARCELO SALAZAR (ISA)



Índios, ribeirinhos e pesquisadores se reúnem para pensar novas formas de proteger o Xingu

POR Letícia Leite / PUBLICADA EM 14 de outubro de 2013. Veja na íntegra em www.socioambiental.org

O Encontro Xingu + Diversidade Socioambiental no coração do Brasil teve como objetivo compartilhar informações sobre a diversidade dos povos do Xingu e da biodiversidade da região, as ameaças que pesam sobre as Áreas Protegidas e refletir sobre estratégias de valorização do corredor de diversidade socioambiental da Bacia do Xingu ao longo dos 27 milhões de ha, um dos maiores do mundo, formado por Terras Indígenas e Unidades de Conservação.

Organizado pelo ISA, entre 27 e 29 de setembro, em Altamira (PA), a abertura do evento contou com uma exposição fotográfica retratando os 25 povos indígenas que vivem

no Xingu, e teve a participação de aproximadamente 120 pessoas, entre lideranças indígenas, extrativistas, especialistas, representantes de organizações da sociedade civil e governo federal.

“Pela primeira vez temos a oportunidade de pensar todo o rio e todos os povos que habitam o Xingu como uma unidade ligada por este rio. A diversidade tem que ser transformada em uma grande unidade. O desafio está em unir os diferentes povos”, disse o antropólogo Eduardo Viveiros de Castro, professor do Museu Nacional do Rio de Janeiro, sócio-fundador do ISA, no início do encontro.

DEBATE ONLINE

“Belo Monte – No pico da contradição”

PUBLICADA EM 31 DE JULHO DE 2013. Para assistir o debate acesse o site do Instituto Socioambiental

Este ano é considerado o pico das obras da UHE de Belo Monte. De acordo com a Norte Energia, empresa responsável pela construção da usina, já foram escavados 100 metros cúbicos de concreto nos canteiros de obras. Mas nenhuma das condicionantes que dizem respeito às obras de infraestrutura nas cinco cidades afetadas diretamente pela obra foram plenamente atendidas. Novo relatório do Ibama, o órgão fiscalizador do empreendimento, confirma o descompasso entre o ritmo da obra e o cumprimento das condicionantes socioambientais.

Apenas quatro das 23 condicionantes foram atendidas, de acordo com informações do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), publicadas no site do órgão federal na última quinta-feira (25).

“Os indígenas não estão morrendo só fisicamente. Esta acontecendo um etnocídio, a morte cultural em razão do descumprimento destas condicionantes.”

“O Plano Emergencial, que é a grande política indigenista feita até hoje pelo empreendedor se deu com o desvio dos recursos... Uma política perversa de distribuição de produtos completamente alheios a cultura e peculiaridades desses povos.”

“Não há erro em Belo Monte, erro é quando queremos acertar e algo dá errado. Há uma opção estatal por levar o licenciamento a margem da ilegalidade.”

THAIS SANTI – Procuradora da República em Altamira.

“Desta vez, eu já não me sentia mais seguro ao fotografar em Altamira, a própria polícia falava pra mim: não vai nesta rua que você vai voltar sem a sua câmera.”

“A cidade se preparou para as pessoas que vieram de fora, ou seja, os engenheiros e etc. A estrutura de hotéis, restaurantes, academias de ginástica de três andares estão por toda parte, tudo isso melhorou, mas pra quem era daqui a cidade piorou muito.”

LALO DE ALMEIDA – fotógrafo autor do projeto osimpactosdebelomonte.com.br - colaborador dos jornais Folha de S. Paulo e The New York Times, no Brasil e na América do Sul. Esteve em Altamira em 2005, 2009 e 2013.





MAITÊ GUEDES (ICMBIO), MÁRCIA NOGUEIRA FRANCESCHINI (MOSAICO DO AMAPÁ) E FRANCISCO PONTES MIRANDA (MOSAICO MATA ATLÂNTICA FLUMINENSE) DURANTE DEBATE SOBRE AS PROPOSTAS DO MOSAICO DA TERRA DO MEIO | LETÍCIA LEITE (ISA)

Rede Terra do Meio (PA) pactua ações para os territórios tradicionais da região

POR Letícia Leite / PUBLICADA EM 13 de junho de 2013. Veja a matéria completa em www.socioambiental.org

Entre 10 e 11 de junho, dezenas de instituições do governo e da sociedade civil se reuniram em Altamira para o 8o. Encontro da Rede Terra do Meio, fórum de diálogo para a promoção das áreas protegidas e populações dessa região do sudoeste do Pará.

A Terra do Meio é uma vasta região de floresta e populações tradicionais, localizada na Bacia do Rio Xingu, no sudoeste do Pará, entre os rios Xingu e Iriri. Este ano, o encontro da Rede tratou principalmente de questões relacionadas aos impactos das obras da usina hidrelétrica de Belo Monte na região, como a intensificação do roubo de madeira, novas

ameaças de grileiros e problemas no atendimento de direitos básicos como saúde e educação. Ao final do encontro as instituições se comprometeram a executar ações nos próximos 12 meses. Entre elas destacam-se: elaborar uma proposta que aponte a destinação dos recursos de compensação ambiental de Belo Monte para a região da Terra do Meio.

A Rede é composta por institutos de pesquisa, organizações não governamentais e associações que buscam caminhos para a consolidação do Mosaico da Terra do Meio – bloco de áreas protegidas de um dos maiores corredores de diversidade socioambiental do mundo.

Protesto pelos direitos indígenas interrompe reunião com governo em Altamira (PA)

POR Letícia Leite / PUBLICADA EM 4 de outubro de 2013.

Manifestantes interromperam a reunião do Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu (PDRS), que acontecia em Altamira (PA), na manhã desta sexta-feira (4/10). Os cartazes pediam o arquivamento da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 215, protestavam contra a redução das unidades de conservação e terras indígenas e a decisão de construir a hidrelétrica de Belo Monte, tomada sem consulta aos povos indígenas e tradicionais da região. Índios, ribeirinhos e representantes de movimentos sociais participaram da mobilização, na sede da Associação Comercial, Industrial e Agropastoril de Altamira (Aciapa), no centro da cidade.

A PEC 215 transfere do Executivo para o Congresso a atribuição de aprovar as demarcações de terras indígenas. Caso aprovada, significará, na prática, a paralisação definitiva das demarcações. Representantes do governo federal vêm à cidade uma vez por mês para participar das reuniões do PDRS Xingu, fórum de participação paritária do qual também fazem parte representantes da empresa Norte Energia S.A, concessionária da usina de Belo Monte. Por isso, a reunião tem

sido espaço de protestos durante os últimos meses. O PDRS Xingu tem R\$ 500 milhões para o desenvolvimento de 11 municípios afetados pela hidrelétrica em 20 anos.

O protesto faz parte da Mobilização Nacional Indígena, que começou na segunda (30/9) e vai até amanhã (5/10), quando a Constituição completa 25 anos.



A ESTUDANTE DANIELA SILVA SEGURA
A CONSTITUIÇÃO NO PROTESTO NA
ACIAPA | MARCELO SALAZAR (ISA)

Trabalhadores interromperam obras em Belo Monte nesta quarta-feira

A paralisação foi motivada pelo anúncio da demissão de 100 trabalhadores e da mudança do local dos pagamentos dos salários

POR Letícia Leite / PUBLICADA EM 18 de setembro de 2013.

As atividades do sítio Pimental, onde está sendo construída a Casa de Força Complementar da UHE de Belo Monte, no Rio Xingu (PA) foram paralisadas nesta quarta-feira, 18/9. A assessoria de imprensa do Consórcio Construtor Belo Monte (CCBM) confirmou a paralisação de 6 mil trabalhadores que atuam no sítio Pimental.

Por volta das 8h da manhã trabalhadores iniciaram uma barricada impedindo a entrada dos ônibus que chegavam ao canteiro. A Polícia Militar (PM) de Altamira (PA) informou que vários ônibus foram depredados e que a confusão foi contida depois da interferência da Força Nacional. O comando de policiamento regional informou que 90 homens da Força Nacional atuam em três pontos centrais dos canteiros. A assessoria do CCBM informou que os trabalhos no sítio Pimental deveriam voltar ao normal ainda hoje.

De acordo com a PM, a confusão ocorreu depois do anúncio da demissão de 100 trabalhadores e da mudança no local do pagamento. O CCBM confirmou que pretende transferir o local do pagamento para os postos de atendimento da Caixa Econômica, que ficam nos canteiros de obras, para melhorar a segurança dos trabalhadores e evitar filas na sede do departamento de Recursos Humanos do CCBM, em Altamira.

Esta foi a segunda paralisação nos canteiros de obras esta semana. Na manhã da última segunda-feira (16/9), índios Juruna e Parakanã bloquearam o acesso ao sítio Pimental, de onde só saíram para participar de uma reunião com o governo em Brasília.

Desde que as obras foram iniciadas em junho de 2011, as paralisações já somam mais de 100 dias.

DURANTE O PROTESTO,
MANIFESTANTE APELA PARA NOSSA
SENHORA DA LUZ | LETÍCIA LEITE (ISA)



Moradores de Altamira protestam contra as constantes quedas de energia

POR Letícia Leite / PUBLICADA EM 30 de agosto de 2013.

Os manifestantes saíram da região central da cidade até chegar à Celpa (Centrais Elétricas do Pará). Ocuparam a sede da empresa e entregaram uma carta de reivindicação. O documento pede por investimentos nas redes de transmissão e distribuição, ampliação do quadro de funcionários da companhia, redução nas tarifas e pagamento das indenizações pelos danos causados aos usuários pela falta de energia.

A população atribui as quedas de energia à sobrecarga na demanda, causada pelo aumento de habitantes na cidade, por conta da construção da UHE de Belo Monte. A prefeitura estima que Altamira já recebeu mais de 50 mil pessoas desde o início da obra em 2011.

“Perdi quase tudo, meu prejuízo mês passado foi de dois mil reais, eu não aguento mais, não posso matar uma vaca pra comer porque não sei se terei energia para ligar o freezer, eu não aguento mais”, desabafa a produtora rural Francisca Gomes. Teresinha. Ela perdeu toda a produção de polpa de fruta depois de ficar 13 dias sem luz por conta da queda de um transmissor.

A marcha de protesto foi liderada por estudantes que reclamavam das frequentes dispensas de aula por falta de energia. Eriisa Melissa, 14 anos, usou o bom humor para falar de assunto sério. O cartaz que carregava dizia: “Nossa Senhora da Luz, proteja-nos contra Belo Monte.” A estudante diz ter sido dispensada por mais de duas vezes na semana passada por falta de energia no colégio em que estuda.

“Perdi quase tudo, meu prejuízo mês passado foi de dois mil reais, eu não aguento mais, não posso matar uma vaca pra comer porque não sei se terei energia para ligar o freezer, eu não aguento mais”

A marcha de protesto foi liderada por estudantes que reclamavam das frequentes dispensas de aula por falta de energia

LINHA DE TRANSMISSÃO ILEGAL

Já os canteiros de obras da hidrelétrica não estão sofrendo com a falta de energia que afeta a população de Altamira. No último parecer sobre a obra, o Ibama anunciou que deve aplicar uma sanção administrativa à Norte Energia (empresa responsável pela construção da usina), por ter construído ilegalmente um ramal de transmissão que leva energia da subestação elétrica de Altamira aos canteiros. O Ibama encaminhou ao setor responsável pedido de autuação da empresa pelo descumprimento da licença ambiental ao construir a linha de transmissão sem a devida autorização. A construção estava bloqueada, mas o Ibama verificou em uma das visitas técnicas que avaliam o cumprimento das condicionantes que a linha já estava pronta. O fato pode também significar multa por omissão de informação relevante no licenciamento ambiental, o que também caracterizaria crime ambiental.

A MULTA

Uma nova infração cometida pela empresa pode gerar a aplicação de uma multa duas a três vezes maior em relação ao valor determinado originalmente pela lei como pena. Em julho, o Ibama julgou improcedente o recurso da Norte Energia a respeito da única multa aplicada até o momento, no valor de R\$7 milhões, em fevereiro de 2012. O órgão federal informou que aplicou a multa em razão do atraso nas obras socioambientais e da prestação de informação falsa pela Norte Energia no seu primeiro relatório de cumprimento das condicionantes, apresentado em novembro de 2011. A Norte Energia declarou em nota em seu site oficial que “recorre nas devidas instâncias.”

Semana começa com protestos no canteiro de obras de Belo Monte e em Altamira

POR Letícia Leite / PUBLICADA EM 8 de maio de 2013.

Enquanto os índios ocupam canteiro de obras da usina de Belo Monte há seis dias, manifestantes cobram promessas não cumpridas de reassentamento coletivo urbano (RUC), em Altamira (PA)

Com megafone e segurando uma casa de papelão simbólica cerca de 70 pessoas invadiram a reunião do Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu (PDRS), que acontecia em Altamira na manhã desta terça-feira (7). Representantes do governo federal vêm à cidade uma vez por mês para participar das reuniões do PDRS Xingu, fórum de participação paritária do qual também faz parte a empresa Norte Energia S.A, concessionária da obra. Por isso, a reunião tem sido alvo de protestos durante os últimos meses.

Os manifestantes exigiam o cumprimento de compromissos assumidos em agosto do ano passado pela Norte Energia, que anunciou na época, que o projeto de reassentamento previa casas de alvenaria com três opções de tamanho. No início deste ano, entretanto, a empresa anunciou que as casas teriam um só padrão, com 63 m². “Eu não vou

sair da minha casa, com quatro quartos grandes para morar numa casa de 63 m²”, argumenta Graça Santos, moradora atingida.

Cerca de 20 mil pessoas que vivem próximas aos igarapés da cidade devem sair de suas casas. A paisagem da orla de Altamira vai se transformar com a formação do reservatório do Rio Xingu. Parte da cidade que deve ser alagada é local de moradia de aproximadamente oito mil famílias.

Com financiamento de R\$ 3,2 bilhões para investimento em obras socioambientais, maior valor já aprovado pelo BNDES para iniciativas socioambientais, o empreendedor assumiu o compromisso de executar um complexo pacote de obras e prazos para o reassentamento de 5.476 famílias, de acordo com o cadastro socioeconômico realizado pela empresa e entregue com mais de um ano de atraso.

FALTAM 15 MESES E OBRAS NEM COMEÇARAM

O prazo firmado com o Ibama, órgão licenciador da obra, para reassentar as famílias é julho de 2014. O

MORADORES PROTESTAM CONTRA PROJETO DE REASSENTAMENTO URBANO COLETIVO DURANTE REUNIÃO DO PDRS XINGU, EM ALTAMIRA | LETÍCIA LEITE (ISA)



projeto de Reassentamento Coletivo Urbano (RCU) apresentado e aprovado no Projeto Básico Ambiental (PBA) prevê a construção de moradias equipadas com luz, saneamento, vias de transporte, em um local próximo a sistemas de saúde e educação, e a menos de dois quilômetros do local em que viviam.

Faltam 15 meses para o término do prazo de reassentamento coletivo e as obras nem sequer começaram. Até julho de 2014, 366 casas teriam de ser construídas por mês para dar conta

“Até julho de 2014, 366 casas teriam de ser construídas por mês para dar conta de cumprir o compromisso assumido na Licença de Instalação da UHE Belo Monte”



de cumprir o compromisso assumido na Licença de Instalação da UHE Belo Monte. De acordo com a empresa Cnec World Parson, contratada pela Norte Energia, para a construção das casas, o curto tempo não influenciou a mudança do projeto, casas de 63 metros quadrados. “O projeto oferece toda a segurança e conforto térmico para a região. Muitas casas deste modelo já foram construídas aqui no Norte do país”, diz o engenheiro Daniel Carvalho, da Cnec Worl Parson, durante reunião nos bairros sobre o tema.

No fim do mês de janeiro, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e de Recursos Naturais Renováveis (Ibama), órgão fiscalizador da obra notificou a empresa por ter alterado o padrão das residências e determinou que fosse realizada ampla discussão com a população sobre o RUC. Mais de 30 reuniões nos bairros foram agendadas entre os meses de maio e junho. Nelas os moradores reiteraram sua revolta com as mudanças do projeto das casas e a localização dos novos bairros.

PROPOSTA PRECÁRIA DE REASSENTAMENTO

A Norte Energia afirma que a partir do mês de junho as famílias atingidas devem decidir se participam do programa de reassentamento coletivo ou se preferem receber uma indenização em dinheiro por suas casas. O caderno de preços que baseia todas as ofertas de indenizações em dinheiro ainda não foi divulgado para a população, que não sabe, portanto, quanto será oferecido pelas residências, mas que está inconformada pela precariedade da proposta de reassentamento.

Responsabilidade socioambiental do BNDES em Belo Monte é “para inglês ver”

POR Biviany Rojas e Leonardo Amorim / PUBLICADO EM 24 de maio de 2013.

O ISA está publicando, em primeira mão, uma cópia do contrato do empréstimo principal de R\$ 22,5 bilhões do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) ao consórcio Norte Energia S.A. para a construção da hidrelétrica de Belo Monte, em Altamira (PA), a mais polêmica obra em andamento no País.

Em 18 de dezembro de 2012, após ter disponibilizado empréstimos menores à Norte Energia, o banco comprometeu-se definitivamente com a implantação e operação da usina ao assinar o documento.

O prazo para o pagamento é de 30 anos após o término da obra pelo consórcio, que detém a concessão pública de construção e operação da usina. Parte do crédito será repassada por meio de operação indireta, via dois agentes financeiros: Caixa Econômica Federal (CEF), com R\$ 7 bilhões; e BTG Pactual, com R\$ 2 bilhões.

AUDITORIA PARA INGLÊS VER

No caso de Belo Monte, o reconhecimento das limitações reais do monitoramento realizado pelo próprio Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama), órgão licenciador do empreendimento, levou o banco a estabelecer uma auditoria socioambiental independente para “averiguar a regularidade socioambiental do projeto.” Não obstante, para efeitos de utilização dos recursos e continuidade do empréstimo, os resultados da auditoria não têm nenhum valor contratual.

A cláusula 13ª do contrato estabelece como obrigação da beneficiária do empréstimo contratar auditoria socioambiental independente para que esta encaminhe ao BNDES relatórios trimestrais e anuais sobre atendimento das obri-

gações socioambientais do empreendimento, bem como indicadores quantitativos de desenvolvimento humano dos municípios atingidos pela obra.

Trimestralmente, a empresa contratada deverá informar sobre “o cumprimento adequado e tempestivo das condicionantes socioambientais incluídas nas licenças, autorizações, outorgas, permissões, ordens judiciais, termos de ajustamento de conduta e de compromissos e ofícios expedidos pelos órgãos competentes referentes ao projeto, de acordo com o cronograma neles estipulado ou outro que venha a ser definido por autoridades competente.”

Apesar da pertinência desta informação para o acompanhamento do projeto, sua função concreta limita-se a satisfazer a curiosidade do banco sobre seu andamento. Para efeitos de desembolsos e uso de recursos, o contrato estabelece que a comprovação do cumprimento das condicionantes socioambientais da obra se faça mediante envio trimestral de relatório emitido pela própria beneficiária. Ou seja, embora esteja prevista uma auditoria socioambiental, a verificação do cumprimento das obrigações socioambientais é autodeclaratória (Cláusula 13ª, III, h).

O contrato tampouco prevê a publicidade dos relatórios da auditoria. Apesar de se tratar de assuntos de natureza e interesse públicos, o BNDES alegou sigilo bancário para se negar a informar se a auditoria já tinha sido contratada ou não, já que o próprio contrato estabelece como limite para sua contratação o dia 31 de março de 2013 e, para apresentação do primeiro relatório, o mês de julho de 2013. A obrigação da Norte Energia esgota-se com a simples apresentação dos relatórios, independente do conteúdo dos mesmos.

BNDES É AGORA CONCESSIONÁRIO DA GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA DE BELO MONTE

O contrato estabelece três principais garantias de cumprimento das obrigações: o penhor das ações da Norte Energia ao BNDES; a *cessão fiduciária dos direitos emergentes da concessão pública de geração de energia elétrica precedida de obra pública*; e a fiança assumida pelas empresas com participação acionária na Norte Energia. As duas primeiras garantias duram até o pagamento de todas as parcelas pela Norte Energia, previsto para 2042, enquanto a fiança deve durar até 2021.

As estatais com participação em Belo Monte estão assumindo garantias pesadas, que, associadas à ausência de análise de risco de investimento pelo BNDES para fundamentar o empréstimo e considerando as críticas de que o empreendimento possui grande risco econômico, geram

O contrato tampouco prevê a publicidade dos relatórios da auditoria. Apesar de se tratar de assuntos de natureza e interesse públicos, o BNDES alegou sigilo bancário para se negar a informar se a auditoria já tinha sido contratada

“O início das obras de abastecimento e esgotamento sanitário da cidade de Altamira tem quase dois anos de atraso, sem que isso signifique nenhum tipo de sanção administrativa”

preocupações quanto à saúde financeira dessas estatais (como a Eletrobrás, fiadora de 49% do empréstimo, e CEMIG, fiadora de sua subsidiária, CEMIG GT, que tem participação acionária na Norte Energia) e quanto à saúde financeira do próprio BNDES e da União. A fiança foi assumida pelas acionistas abrindo mão, expressamente, de garantias básicas que a legislação garante ao fiador.

O BNDES (além da CEF e do BTG Pactual) tornou-se, na verdade, o concessionário da geração de energia de Belo Monte. A cessão fiduciária consiste em contrato de transferência da propriedade do devedor ao credor até o final do contrato. Em caso de não pagamento, o devedor perde a posse direta da obra e da concessão pública e o credor vende o empreendimento para que a dívida seja paga.

O BNDES estabelece no contrato que qualquer alteração do estatuto da Norte Energia deve ser aprovada pelo banco (exceto mudanças menores) e exige que qualquer atraso no cronograma físico da obra seja aprovado pelo banco, que poderá estendê-lo em, no máximo, 120 dias, sob pena de multa e sanções contratuais mais graves. Ou seja, o BNDES tomou controle de diversos aspectos do gerenciamento do empreendimento, e algumas de suas exigências, com prazos peremptórios, são preocupantes em termos socioambientais.

UNIÃO É DONA, LICENCIADORA E FINANCIADORA

O Ibama e a Fundação Nacional do Índio (Funai) provavelmente continuarão sofrendo pressões para não atrasar o cronograma a ponto de provocar o descumprimento do contrato, pois isso geraria imposição de multas à Norte Energia e às próprias estatais. Vale destacar que as exigências cronológicas do contrato de financiamento acompanham o cronograma de instalação da obra e não as autorizações ambientais da mesma. No documento, fica evidente que o BNDES já conta com a licença de operação da usina, em 2014, independentemente do cumprimento ou não das condicionantes socioambientais da licença de instalação.

O provável atraso de obras básicas para a viabilidade socioambiental da usina, como a conclusão do sistema de esgoto e saneamento básico da cidade de Altamira antes do enchimento do reservatório, poderia atrasar a concessão da licença de operação pelo Ibama.

O compromisso da empresa é iniciar a venda de energia em fevereiro de 2015, apesar dos comprovados atrasos e descumprimentos dos compromissos e cronogramas do Projeto Básico Ambiental (PBA). Por exemplo, o início das obras de abastecimento e esgotamento sanitário da cidade de Altamira tem quase dois anos de atraso, sem que isso signifique nenhum tipo de sanção administrativa. Como o ISA já noticiou, o Ibama se comporta de maneira leniente frente à empresa concessionária e, enquanto os descumprimentos acontecem, a obra corre normalmente.

Na Cláusula 20ª, é reiterado o fato de que só o cancelamento administrativo ou judicial das licenças pode comprometer a utilização dos recursos desembolsados, mesmo existindo sanções administrativas que comprovem descumprimentos graves, como por exemplo, a existência de multas.

Pela via do acordo contratual, o banco declara que a inadimplência socioambiental do beneficiário é irrelevante para a operação creditícia. Na mesma cláusula 20ª, o BNDES exige “Comprovação, pela BENEFICIÁRIA, da regularidade socioambiental do PROJETO perante os órgãos ambientais.” Exige, no caso de “sanção, multa, advertência e/ou penalidade pelo órgão licenciador, comprovação [...] de que a Licença de Instalação continua válida.” Portanto, só o mais alto e grave grau de descumprimento de obrigações socioambientais, que implicassem a nulidade ou cancelamento das licenças ambientais, constitui argumento suficiente para suspender ou cancelar o contrato entre o BNDES e a Norte Energia.



ÍNDIO MUNDURUKU NA OCUPAÇÃO DO PRINCIPAL CANTEIRO DE OBRAS DA HIDRELÉTRICA DE BELO MONTE, EM MAIO. AS OBRAS JÁ FICARAM PARADAS POR 100 DIAS, ATÉ AGORA, POR CAUSA DE OCUPAÇÕES DE ÍNDIOS, RIBEIRINHOS, PESCADORES E TRABALHADORES | LETÍCIA LEITE (ISA)

Biviany Rojas – Advogada e cientista política, mestre em Ciências Sociais pela UnB e advogada do Programa Xingu do ISA.

Leonardo Amorim – Advogado do Programa Xingu do ISA.

Este clipping é parcial e ilustra três notícias publicadas na grande imprensa com as principais irregularidades no processo de licenciamento da construção da usina

BNDES não cumpre exigência ambiental no crédito a Belo Monte

POR Danilo Fariello / **MATÉRIA PUBLICADA EM** 4 de maio de 2013, no jornal O Globo.

Financiada pelo BNDES, a construção da usina hidrelétrica de Belo Monte, no Pará, tem recebido tratamento privilegiado do banco. Embora o contrato determine a suspensão dos desembolsos em caso de descumprimento das exigências ambientais ou atrasos na adoção de medidas para minimizar o impacto da obra no meio ambiente, na prática, essa determinação não está sendo seguida. Mesmo descumprindo exigências ambientais, o que já resultou na aplicação de multa pelo Ibama, a obra segue recebendo regularmente os recursos do financiamento de R\$ 22,4 bilhões, o maior crédito da história do banco.

O GLOBO teve acesso ao contrato de financiamento principal assinado em 18 de dezembro entre BNDES e a Norte Energia, empresa responsável pela construção da gigantesca hidrelétrica no Pará, com orçamento de R\$ 25,9 bilhões. A liberação de recursos exige a regularidade ambiental do empreendimento e “cumprimento tempestivo (dentro do prazo previsto) das condicionantes”, conforme escrito na letra C, inciso III da cláusula 20ª. As condicionantes são as exigências ambientais.

Enquanto a construção segue com condicionantes em atraso, 24 ações estão na Justiça tentando, em sua maioria, suspender a licença ambiental dessa obra, que é a mais polêmica do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e deve balizar a relação de outros grandes empreendedores da infraestrutura com o meio ambiente no futuro.

No mês passado, o Ministério Público Federal (MPF) no Pará entrou na Justiça para suspender a licença e cobrar o cumprimento de condicionantes pela Norte Energia, entre as quais destacam-se as instalações de saneamento básico, que já deveriam ter sido feitas na região do Xingu, conforme o cronograma oficial.

BNDES VÊ ‘SITUAÇÃO DE REGULARIDADE’

Entidades não governamentais também têm reclamado do atraso no cumprimento de condicionantes. No mês passado, o Instituto Socioambiental (ISA) denunciou que, concluídos 30% do empreendimento e 16 meses após o início, não havia, até o dia 8 de abril, obras significativas e com impacto na vida dos cidadãos afetados da região.

— Não vai dar tempo para cumprir tudo (as condicionantes) até fechar a barragem, em dezembro de 2014. Será que

vão fazer depois de tudo pronto? — pergunta Biviany Rojas, advogada do ISA.

Perguntada sobre aspectos específicos do cumprimento das condicionantes, a Norte Energia limitou-se a responder ao GLOBO “que as ações previstas no Projeto Básico Ambiental (PBA) estão sendo cumpridas, estando já contratadas ou em fase de contratação.” A empresa informou, ainda, que foi investido até o momento nessas atividades cerca de R\$ 1 bilhão. Segundo o BNDES, apenas os investimentos em ações socioambientais financiados pelo banco para os arredores de Belo Monte somam R\$ 3,2 bilhões.

No primeiro relatório de andamento do Projeto Básico Ambiental enviado pela Norte Energia, em fevereiro do ano passado, houve cobrança de multa de R\$ 7 milhões pelo Ibama pelo descumprimento de condicionantes (a multa máxima era de R\$ 10 milhões). Em janeiro deste ano, segundo o ISA, a Norte Energia tinha cumprido apenas 19% das condicionantes, mas não houve nova multa.

Para ONG, falta transparência nas análises de risco

Segundo Brent Millikan, diretor do Programa Amazônia da ONG International Rivers, com sede nos EUA, falta transparência no modo como o BNDES faz as análises de risco sobre o projeto.

— Cada dia que Belo Monte para por conta de ocupações, há um impacto financeiro, mas não se sabe qual é esse impacto — disse Millikian, lembrando que, na quinta-feira, parte da obra voltou a ser invadida por grupos indígenas.

O BNDES reconhece que “podem ocorrer eventuais atrasos na execução das ações previstas, por conta de condicionantes”, mas informa que, com base nas informações recebidas da Norte Energia, “não se caracterizou a descontinuidade da situação de regularidade do projeto perante os órgãos ambientais.” E destaca, ainda, “que as licenças ambientais emitidas continuam válidas.”

O risco de o próprio BNDES ser responsabilizado por eventuais danos socioambientais provocados pela obra é real. A cláusula 13ª diz que a Norte Energia deverá “ressarcir o BNDES, seus diretores, administradores, empregados, assessores e controladas de qualquer quantia que estes sejam compelidos a pagar por conta de dano socioambiental que, de qualquer forma, a autoridade entenda estar relacionado ao projeto.”

Belo Monte deve casa a mais de 7 mil famílias

POR André Borges / MATÉRIA PUBLICADA EM 23 de agosto de 2013, no jornal O Valor Econômico.

Para evitar atrasos no cronograma de construção da usina Belo Monte, cuja primeira turbina está prevista para entrar em operação em fevereiro de 2015, o consórcio Norte Energia fez um rearranjo no projeto das casas que estão sendo erguidas para abrigar 4,1 mil famílias desalojadas pela obra. Outras 3 mil receberão indenizações ou cartas de crédito. A construção das habitações é uma das medidas compensatórias impostas ao consórcio responsável pela usina.

No ano passado, a Norte Energia divulgou panfletos em Altamira (PA), onde Belo Monte está sendo construída, informando que as residências teriam modelos de 60, 69 e 78 m². Agora, a empresa decidiu padronizar todas as casas em 63 m². Outra alteração diz respeito ao uso de placas

de cimento moldado, material que é 20% mais caro que a alvenaria tradicional, mas que tem instalação mais ágil. O diretor de engenharia e construção da Norte Energia, Antônio Kelson, reconhece que a mudança teve o propósito de acelerar a obra das casas, mas assegura que a troca beneficiou as famílias.

O caso chamou a atenção do Ministério Público Federal. “Vamos checar tecnicamente a estrutura dessas casas. As pessoas estão se sentindo enganadas porque prometeram uma coisa, mas estão entregando outra”, disse a procuradora Bruna Menezes Gomes da Silva. Cerca de sete mil famílias devem ser remanejadas até julho do próximo ano, quando será formado o lago da usina.

Obra de Belo Monte pode atrasar por problemas com Ibama

POR Marcelo Leite / MATÉRIA PUBLICADA EM 29 de julho, no jornal Folha de São Paulo.

Esta vez não são os índios mundurucus nem os sindicatos. A mais nova ameaça de atraso na construção da controversa hidrelétrica de Belo Monte, no rio Xingu, parte do Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis).

OUTRO LADO: EMPRESA DIZ QUE OBRAS ESTÃO SENDO FEITAS

O risco de paralisação numa fase crucial da obra, iniciada há três anos, é citado em documento publicado silenciosamente pela agência federal na semana passada. Trata-se da análise sobre o terceiro relatório da empresa para acompanhamento do Plano Básico Ambiental (PBA), um rol de 23 exigências sociais e ambientais.

Segundo o documento do Ibama, sete dessas “condicionantes” não estão sendo atendidas. Entre elas, obras de saneamento (rede de água e esgoto), equipamentos de saúde e educação e cadastramento da população a ser reassentada na cidade de Altamira (PA) e região.

“Como resultado da análise dos relatórios (...), fica claro o descompasso entre as obras de construção da UHE [usina hidrelétrica] Belo Monte e a implementação das medidas mitigadoras e compensatórias”, conclui o parecer de sete analistas do Ibama.

“Torna-se evidente que tal descompasso poderá se refletir em atraso na emissão da licença de operação para o empre-

endimento e consequente enchimento dos reservatórios.” Por ora, Belo Monte conta só com uma licença de instalação, condição para iniciar a obra.

O relatório do empreendedor (Norte Energia S.A.) foi entregue em 30 de janeiro. O Ibama divulgou sua apreciação sobre ele quase seis meses depois, na última quinta-feira. São necessários seis cliques para chegar ao documento na página ibama.gov.br/licenciamento.

A empresa alega que, desde a entrega do relatório, várias ações já teriam sido executadas para atender às exigências do órgão. “A Norte Energia trabalha para manter todos os projetos em execução e dentro dos cronogramas preestabelecidos”, afirma em nota.

Se a ameaça de atraso da licença de operação se concretizar, o consórcio Norte Energia pode ficar impedido de encher o reservatório da usina em 2014, como previsto. Sem isso, não terá como cumprir o compromisso de acionar a primeira das 24 turbinas em fevereiro de 2015.

Quando estiver em plena operação, prevista para janeiro de 2019, a usina de Belo Monte terá uma capacidade instalada de 11.233 megawatts (MW), a terceira maior do mundo, atrás somente de Três Gargantas (China) e Itaipu (Brasil/Paraguai). Mas o sistema interligado nacional poderá contar apenas com uma média de 4.571 MW de energia firme (garantida).

O custo oficial da obra é de R\$ 27,3 bilhões. Com as várias paralisações e alterações de projeto, estima-se que deva ul-

trapassar R\$ 30 bilhões. O valor das compensações ambientais está fixado em R\$ 99,5 milhões, que o governo poderá destinar a unidades de conservação.

MULTA

Após elencar diversas pendências relacionadas ao PBA, os analistas do Ibama recomendam a aplicação de “sanções administrativas” para algumas delas. A agência não esclarece, porém, se uma nova multa está em cogitação.

Na análise do primeiro relatório da Norte Energia, o não cumprimento de condicionantes socioambientais levou o Ibama a aplicar uma multa de R\$ 7 milhões, em fevereiro de 2012. O valor ainda não foi recolhido, porque a autuação é objeto de recurso administrativo.

O Ibama não se pronuncia sobre a possibilidade de nova multa. Sua assessoria de imprensa diz que antes a empresa será notificada e que uma decisão será tomada só depois de obter resposta aos problemas apontados na análise do terceiro relatório.

ESGOTO

Um dos atrasos mais graves se dá nas obras de saneamento em Altamira. Deveriam ter começado há um ano, mas em abril o Ibama constatava que isso não ocorrera. A Norte Energia informa que elas tiveram início “no primeiro semestre.”

A própria empresa contratada, GEL Engenharia, calcula em 21 meses o prazo para terminar a obra e prevê obstáculos que poderão dilatá-lo. Ela não ficaria pronta antes de fevereiro de 2015, sete meses depois do estipulado (julho de 2014).

A Norte Energia afirma que o prazo da GEL não considerou etapas anteriores já executadas para detalhamento e elaboração dos projetos. Para o IBGE, Altamira tem 99 mil habitantes, mas a prefeitura estima que já tenha inchado para 150 mil. A Norte Energia planeja acrescentar 8.000 funcionários, ainda neste ano, aos cerca de 20 mil que já atuam na obra.

Hoje, os dejetos da cidade são lançados sem tratamento nas águas do Xingu. Com seu represamento pela usina de Belo Monte, deve ocorrer significativa deterioração da qualidade da água.

